



CECÍLIA FAKHOURI DE OLIVEIRA

**“GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E AÇÕES
PARA REVITALIZAÇÃO DA BACIA DO RIO
DOS COCHOS NO ALTO/MÉDIO DO SÃO
FRANCISCO - MG”**

**LAVRAS-MG
2014**

CECÍLIA FAKHOURI DE OLIVEIRA

**“GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E AÇÕES PARA
REVITALIZAÇÃO DA BACIA DO RIO DOS COCHOS NO
ALTO/MÉDIO DO SÃO FRANCISCO - MG”**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para obtenção do título de “Mestre”.

Orientador

Prof. Dr. Ricardo Pereira Reis

Coorientador

Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro

**LAVRAS-MG
2014**

**Ficha Catalográfica Elaborada pela Coordenadoria de Produtos e Serviços
da Biblioteca Universitária da UFLA**

Oliveira, Cecília Fakhouri de.

Gestão de recursos naturais e ações para revitalização da bacia do Rio dos Cochos no alto/médio do São Francisco - MG / Cecília Fakhouri de Oliveira. – Lavras : UFLA, 2014.

117 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 2014.

Orientador: Ricardo Pereira Reis.

Bibliografia.

1. Gestão de recursos naturais. 2. Sociedade civil. 3. Recursos hídricos. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 574.526323

CECÍLIA FAKHOURI DE OLIVEIRA

**“GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E AÇÕES PARA
REVITALIZAÇÃO DA BACIA DO RIO DOS COCHOS NO
ALTO/MÉDIO DO SÃO FRANCISCO - MG”**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 31 de julho de 2014

Profa. Dra. Sabrina Soares da Silva	UFLA
Prof. Dr. Paulo Sérgio Nascimento Lopes	UFMG
Prof. Dr. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro	XXXX

Prof. Dr. Ricardo Pereira Reis
Orientador

**LAVRAS - MG
2014**

Aos meus pais Francisco e Houda (in memorian) pelo carinho, apoio e amor ao longo de minha vida.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Ao professor Ricardo Pereira Reis, pela generosidade e apoio para que este trabalho pudesse ser finalizado.

Ao professor Eduardo Magalhães Ribeiro, pelas contribuições, sugestões e críticas.

Ao professor Robson Amâncio, por me despertar o interesse pelas relações natureza/sociedade no período de graduação.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro à pesquisa (Processo 4775460/2012-3)

À FAPEMIG pelo apoio financeiro à pesquisa (APQ-02911-12).

À CAPES pela concessão da bolsa de estudo.

Aos membros da banca, professores Sabrina Soares da Silva e Paulo Sérgio Nascimento Lopes por aceitarem fazer parte deste momento.

À Universidade Federal de Lavras e ao Departamento de Administração e Economia pelo acolhimento e ensino.

Aos integrantes do Núcleo PPJ, da UFMG/ICA que me auxiliaram nas pesquisas de campo e por terem me recebido tão amigavelmente no período que passei em Montes Claros, especialmente Tiago, Ana Flávia, Bruna, Alice, Aninha, Juliana, Deivison e Profa. Flávia.

Aos membros da ASSUSBAC que me apoiaram nesta pesquisa, pelos ensinamentos sobre a gestão de recursos naturais, principalmente ao agricultor familiar Jaci, que com carinho e paciência me revelou vivências da associação.

Aos funcionários das organizações envolvidas nesta pesquisa, que colaboraram ao conceder as entrevistas.

À Cáritas Diocesana de Januária pelo apoio à pesquisa de campo.

Aos moradores da república Bolivariana, que me hospedaram por algumas semanas na primeira ida a Montes Claros.

Às amigas que me receberam carinhosamente na república de Montes Claros, Juliana, Geane e Amanda, tornando a minha vivência na cidade mais leve e divertida.

Aos colegas de mestrado, pelo aprendizado e crescimento em conjunto, especialmente ao Condão e Tati, pelo apoio e amizade.

Aos amigos de república, Paulinho, Alex, Lulu e Sandro pela agradável convivência diária por quase dois anos.

Aos meus irmãos Cris e Paulinho, pela presença e carinho constantes.

Ao meu pai, Francisco, por compartilhar ao longo de minha vida sua sabedoria e despertar em mim um interesse pelas questões sociais do mundo.

Por fim, a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

RESUMO

Nas sociedades rurais, os recursos hídricos e naturais são indispensáveis à manutenção da vida das famílias que vivem em comunidades. No semiárido mineiro, alguns fatores colaboram para a diminuição desses recursos: a concentração da terra que privilegia os grandes capitais, em detrimento da produção da agricultura familiar e o clima seco e a escassez de água. Diante disto, esta dissertação tem como objetivo analisar os resultados de programas, ações e projetos que buscam aumentar a oferta de recursos hídricos e naturais e, ao mesmo tempo, proporcionar geração de renda e conservação ambiental, de modo a aumentar a qualidade de vida dos moradores de seis comunidades da zona rural do município de Januária-MG. O elemento central desta pesquisa converge para o processo de revitalização do rio dos Cochos, afluente do rio São Francisco, que abastece as comunidades estudadas. A metodologia utilizada foi um estudo de caso, sendo um estudo de campo qualitativo. A coleta de dados foi feita a partir de roteiro de entrevistas com agricultores e representantes desses órgãos, da análise documental e de observação não participante. A análise destas ações permitiu concluir que organizações de apoio e intermediação, num total de onze entidades, entre elas órgãos governamentais e sociedade civil, se associaram aos moradores dessas comunidades. Observou-se que a ação em parceria de todos esses órgãos contribuiu para o processo ainda em andamento de revitalização do rio e, por consequência, para o desenvolvimento local através da regularização da oferta de água. Verificou-se, portanto, que os resultados dessas ações não devem ser considerados individualmente, pois isolados não são suficientes para cobrir todas as demandas das comunidades. A análise demonstra, portanto, que as ações são complementares.

Palavras-chave: Gestão de recursos naturais. Sociedade civil. Recursos hídricos.

ABSTRACT

In rural societies, water and natural resources are essential for maintaining life of families living in communities. In the mining semi-arid, some factors contribute to the decline in these resources: land concentration that favors the big capital at the expense of family farming production and dry weather and water shortages. Given this, this thesis aims to analyze the results of programs, actions and projects that seek to increase the supply of water and natural resources while providing income generation and environmental conservation in order to increase the quality of life for residents of six communities in the rural municipality of Januária-MG. The central element of this research converges to the process of revitalizing the Troughs River, a tributary of the São Francisco River, which supplies the communities studied. The methodology used was a case study, and a study of qualitative field. Data collection was done from script interviews with farmers and representatives of these bodies, documentary analysis and non-participant observation. The analysis concluded that these actions support and intermediation, a total of eleven organizations, including government agencies and civil society organizations have joined the residents of these communities. It was observed that the action in partnership of all these bodies contributed to the process still underway to revitalize the river and, consequently, for local development through the regulation of water supply. The results of these actions should not be considered individually, as isolated are not sufficient to meet all the demands of communities. The analysis shows that actions are complementary.

Keywords: Management of natural resources. Civil society. Water resources

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Localização do município de Januária, MG	27
Figura 2	Processo circular de pesquisa em ciências sociais.....	31
Figura 3	Construção de barraginhas e terraços na bacia do rio dos Cochos.....	92
Quadro 1	Perfil das ONGs e outras organizações parceiras da ASSUSBAC	65
Tabela 1	Programas, projetos e ações desenvolvidos.....	95

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Objetivos	18
1.1.1	Objetivo geral	18
1.1.2	Objetivos específicos	18
1.2	Justificativa	18
2	A SUSTENTABILIDADE DAS ONGs E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA	20
3	CAMINHOS METODOLÓGICOS	26
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	33
4.1	Histórico socioambiental da criação da ASSUSBAC	33
4.2	Ações desenvolvidas pela associação	36
4.3	Problemas e dificuldades da associação	37
4.4	Mapeamento dos órgãos públicos e da sociedade civil parceiros da ASSUSBAC	41
4.4.1	Entidades religiosas	41
4.4.1.1	Cáritas Diocesana de Januária	42
4.4.1.2	Misereor	47
4.4.2	Sociedade civil	51
4.4.2.1	Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN	52
4.4.2.2	Articulação Popular São Francisco Vivo	56
4.4.2.3	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA	58
4.4.2.4	Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA	60
4.4.2.5	Delineamento do perfil das ONGs parceiras da ASSUSBAC	65
4.4.3	Órgãos governamentais	66

4.4.3.1	Universidades - UFMG/ICA e UFLA: Identificação e sistematização dos projetos desenvolvidos na região.....	68
4.4.3.1.1	“Agroextrativismo, Gestão de Recursos Comuns e Comercialização na Sub-bacia do Rio dos Cochos” - UFLA	69
4.4.3.1.2	“Manejo Comunitário das Águas e Programas Públicos” – UFLA	70
4.4.3.1.3	“Desenvolvimento de Tecnologias para Uso Sustentável de Frutíferas Nativas do Cerrado na Sub-bacia do Rio dos Cochos” – UFMG / ICA	71
4.4.3.1.4	“Comunidades Rurais, Água e Agroecologia no Rio dos Cochos, Semiárido mineiro” – UFMG / ICA (ICA- Instituto de Ciências Agrárias, Montes Claros).....	74
4.4.3.1.5	“Produção, Comercialização e Extensão Rural na Reconversão Agroextrativista da Agricultura Familiar da Região dos Campos Gerais do Alto - Médio São Francisco” – UFLA.....	75
4.4.3.1.6	“Extensão Rural e Produção Conservacionista com a Agricultura Familiar dos Gerais do Rio dos Cochos, no Alto-Médio São Francisco, Norte de Minas Gerais” - UFMG / ICA.....	76
4.4.3.1.7	“Produção e Conservação de Recursos Naturais na Agricultura Familiar dos Gerais do Rio dos Cochos, no Alto-Médio São Francisco, Norte de Minas Gerais.”- UFMG / ICA	77
4.4.3.1.8	Comentários gerais.....	77
4.4.3.2	EMATER-MG	79
4.4.3.3	IEF- Instituto Estadual de Florestas – MG.....	83

4.4.3.4	Ministério Público – MG	86
4.4.3.5	Condensação das organizações que trabalharam na sub- bacia do rio dos Cochos	94
5	CONCLUSÃO	99
	REFERÊNCIAS	106
	APÊNDICE	111

1 INTRODUÇÃO

Os *gerais*¹ correspondem a um agroambiente do grande bioma Cerrado. Neste agroambiente, os agricultores fazem uso comum de parte da terra, ou seja, usufruem da terra de acordo com a especificidade e a disponibilidade de água de cada agroambiente para atividades como plantio, pastoreio e extração de recursos naturais, como madeira, plantas medicinais, lenhas e frutos.

De acordo com moradores da região, os gerais são uma porção de terra deixada por Deus, portanto deve ser dividida entre todos. Neste ambiente ocorrem as “cabeceiras de veredas”, que são mananciais que abastecem todo o sistema hídrico da região. No período da chuva os agricultores plantam poucos mantimentos, porém no período da seca, nas áreas de embrejado, ou seja, áreas úmidas em que se inserem as veredas e beiras de córregos dos gerais existem muita água disponível que sustenta a produção agrícola nessa época.

Faz-se importante destacar que a região do alto/médio São Francisco tem uma diversidade de agroambientes muito grande. Os agricultores determinam a sua produção de acordo com a disponibilidade de água e de recursos naturais em cada agroambiente. Por exemplo, nas chapadas dos gerais não existem cursos de água, assim o agroextrativismo (coleta de frutos do cerrado), bem como a extração de plantas medicinais e a solta de gado são as atividades produtivas mais comuns.

Já, quando se aproxima das margens dos rios e dos córregos e o solo está mais fértil, esta área é rica em veredas, brejos, riachos e nascentes, ou seja, são áreas mais úmidas, onde a água é mais abundante e propícia para a produção de mantimentos, como arroz, milho e também para a lavoura. Existem também

¹“ Os gerais da margem esquerda do Alto-Médio rio São Francisco são chapadas extensas e pouco elevadas. A sua vegetação é arbustiva e rasteira e está assentada na maioria dos lugares sobre solos muito pobres e secos, formados por areia quartzosa”. (Ribeiro, 2010, p. 26)

as matas secas, agroambiente este que é também conhecido como terra de cultura e onde ocorre produção de madeiras de boa qualidade.

O fato de a terra ser de uso livre para o agricultor, ou seja, não estava condicionada à existência de grandes propriedades ou à concentração de terra permitiu que o produtor pudesse fazer a sua exploração de diferentes formas, de acordo com a disponibilidade de recursos naturais disponíveis em cada agroambiente (gerais, mata seca e brejos). Isto possibilitou o abastecimento alimentar e a manutenção das famílias na região ao longo dos anos.

Este trabalho está orientado para avaliar a busca por melhoria da qualidade de vida de agricultores familiares das comunidades rurais dos gerais do rio dos Cochos, que é um afluente do rio Ipueiras, que por sua vez é tributário do rio São Francisco. A organização da população dessa sub-bacia foi iniciada em 1997 pelos moradores do lugar, Organizações não governamentais (ONGs) e órgãos públicos, que perceberam que o rio começou a perder volume de água e a produção de alimentos e insumos pelas famílias diminuiu significativamente.

A população começou a se organizar informalmente em 1997, a partir de um diagnóstico elaborado pela EMATER que expunha as condições ambientais e sociais as quais a população estava submetida. O território dos gerais ocupado por essa população encontrava-se em um nível de degradação ambiental intenso em virtude da entrada de grandes empresas, ou “firmas” como foram denominadas pela população local, a partir da década de 1970.

As empresas do setor de produção florestal (reflorestamento de eucalipto e pinus), de pecuária de corte, agricultura irrigada e empresas de carvoejamento da mata nativa, ao se apropriarem das terras da região, deixaram um enorme passivo para o meio ambiente. Erosões, voçorocas, assoreamento de rios, secamento de nascentes, poluição e redução da água dos rios e córregos foram alguns dos prejuízos, ou passivos ambientais deixados por essas firmas. Tais

empresas provocaram um prejuízo tal que a população local foi forçada inclusive a reestruturar a sua forma de fazer agricultura.

A população teve que se deslocar para áreas situadas entre as margens dos córregos e o começo das chapadas, de modo que foram forçados a ocupar pequenas manchas dos gerais, de forma que este “encurralamento” modificou a forma de produzir e a dinâmica da agricultura tradicional.

A partir da década de 1990, essas grandes empresas começaram a abandonar a região e deixaram, além dos passivos ambientais supracitados, passivos sociais também. As famílias não tinham mais possibilidades de geração de renda por conta do desfalque de recursos naturais da região e da diminuição da oferta de recursos hídricos, por isso a produção camponesa ficou prejudicada com os danos ambientais.

As limitações para a produção também passaram a ocorrer por conta do acirramento das normas de conservação que começaram a ficar mais rígidas a partir da consolidação da Constituição de 1988, na qual está inserido um capítulo que trata do meio ambiente e este enfatiza a necessidade de conservação e procura estabelecer mecanismos para que isso ocorra.

Neste sentido, os órgãos ambientais passam a exercer uma fiscalização mais consistente. Eles objetivavam a preservação dos recursos naturais da região, porém sem levar em conta os costumes e formas de produção tradicionais das famílias dos agricultores. O número de áreas de conservação aumentou e isto contribuiu para diminuir o espaço no qual os agricultores poderiam produzir.

A respeito da legislação ambiental, a resolução do CONAMA Nº 302 de 20/03/2002 estabelece que as áreas úmidas são Áreas de Preservação Permanente – APP e tem a “função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico da fauna e da flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” .

Deve-se acrescentar a esse problemático cenário ambiental, o fato de que a sub-bacia do rio dos Cochos está localizada em uma região semiárida, cuja precipitação anual gira em torno de 900 mm, ou seja, por muito tempo a região conviveu com as dificuldades de acesso e disponibilidade de água, o que escasseava mais ainda as condições de produção.

Diante da percepção de que o rio era a garantia da manutenção da agricultura familiar da região e que era necessário conservá-lo e proteger o que ainda existia, a iniciativa de recuperação do rio teve início a partir de um diagnóstico feito pela Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMATER-MG), que discriminava a conjuntura socioambiental da sub-bacia.

O diagnóstico constatou que as limitações para a produção eram oriundas do alto grau de degradação do rio, causado por empresas que exploravam madeira e outros recursos naturais dos gerais. Essas empresas foram assentadas na região a partir da década de 1970, incentivadas pelo governo federal através da facilitação de créditos e, assim, colaboraram bastante para o comprometimento da vida do rio, em virtude de processos agressivos de assoreamentos, sedimentação, destruição de nascentes, entre outros danos ambientais.

Um projeto de revitalização e recuperação do rio teve início no começo dos anos 2000, e a partir daí a Cáritas Diocesana de Januária passou a cooperar visceralmente com os agricultores na gestão dos recursos adquiridos e na captação de projetos de apoio de diversos parceiros. Então, surgiram novas parcerias, como organizações internacionais, universidades e ONGs, e algumas ações pontuais da prefeitura de Januária.

Uma das grandes conquistas do projeto foi a fundação da Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos (ASSUSBAC) em 2003, que será analisada neste trabalho como a organização-chave, a partir da qual foi

constituída uma rede de outras organizações, públicas ou não, as quais trabalham por um objetivo comum: a recuperação do rio dos Cochos.

A ASSUSBAC foi criada em virtude da necessidade de organização da população para prover melhor qualidade de vida aos moradores da sub-bacia. Qualidade de vida esta que se traduz em condições mínimas de produção para o sustento das famílias. Ou seja, o meio ambiente devastado demandava dos moradores uma articulação socialmente engajada para reverter aquele quadro de escassez dos recursos naturais.

A atuação da ASSUSBAC abrange seis comunidades da sub-bacia do rio dos Cochos, contemplando aproximadamente 300 famílias, que representam em torno de 1500 pessoas. As comunidades são: Cabeceira, Sumidouro, Sambaíba, Mamede, Roda D'água e São Bento, localizadas nos municípios de Januária e Cônego Marinho.

Este estudo está voltado para a avaliação do processo de desenvolvimento socioambiental do território da sub-bacia do rio dos Cochos, no município de Januária, semiárido mineiro. A análise está pautada a partir da investigação de diversas ações, programas, atividades e projetos edificados por uma articulação de instituições governamentais e da sociedade civil, que foi construída em torno da ASSUSBAC, com um objetivo comum: recuperar o rio dos Cochos.

Posto isto, para orientar a pesquisa algumas indagações foram feitas:

- a) Como essas organizações se articularam na região e fora dela, quais pactos e acordos construíram com o objetivo de proporcionar um manejo comunitário e conservacionista dos recursos naturais?
- b) Quais foram as principais dificuldades e soluções enfrentadas por essas organizações no enfrentamento coletivo da questão da água e dos recursos naturais?

A partir destas questões de pesquisa foram definidos os objetivos gerais e específicos que estão descritos a seguir.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste estudo é analisar os programas, projetos, atividades e ações, colocados em prática, com o objetivo de revitalizar o rio dos Cochos e melhorar as condições de vida da sua população.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) mapear o conjunto de organizações e mediações envolvidas no programa de conservação do rio dos Cochos;
- b) identificar os benefícios e prejuízos resultantes das articulações dos grupos sociais com organizações da sociedade civil e estatais parceiras das comunidades rurais do rio dos Cochos;
- c) compreender o papel desempenhado pelos agricultores familiares das comunidades rurais do rio dos Cochos, na produção de espaços e políticas públicas diversos que tratam da questão dos recursos hídricos.

1.2 Justificativa

Dada a importância da utilização dos recursos naturais, principalmente da água doce, para a manutenção da subsistência de diversas famílias que vivem no meio rural, esta pesquisa se justifica por trazer à tona alguns aspectos dessa

realidade. Diante do contexto de busca por uma convivência harmoniosa com a ocorrência de secas no semiárido e o problema da degradação ambiental, percebe-se a importância da construção de articulações institucionais e cooperação entre atores de diferentes dimensões da esfera pública².

² Considera-se, neste estudo, o conceito de Jurgen Habermas que identifica a esfera pública como uma dimensão social que atua como intermediadora entre o Estado e a sociedade, na qual o público se organiza como portador da opinião pública. É um local de disputa entre os princípios divergentes de organização da sociabilidade. Sendo o Estado o “poder público”, ele deve ter o atributo de ser público à sua tarefa de prover o bem público, um bem comum a todos cidadãos. O setor privado compreende uma esfera pública de pessoas privadas e a sociedade civil se encaixa nesta dimensão. (Habermas, 2003)

2 A SUSTENTABILIDADE DAS ONGs E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA

O contexto social, econômico, político e cultural no qual se inserem as diversas organizações formadas tanto por setores da sociedade civil como setores públicos governamentais sofreu uma espécie de transição ao longo da década de 90. Para contextualizar essas transformações Armani (2001) afirma que houve três movimentos básicos no Brasil nessa década.

O primeiro deles é o movimento (ou processo) democratizante, esse movimento foi marcado pela aprovação da Constituição de 1988 e a partir daí observou-se uma projeção da participação da sociedade civil no controle social das políticas públicas, determinando, assim, a viabilização da cidadania política (ARMANI, 2001).

Essa fase é marcada também pelos amplos processos de descentralização na promoção de políticas sociais. Segundo Dagnino (2004) o orçamento participativo é um dos exemplos mais significativos dessa etapa. Neste momento, fez-se necessário pensar sobre a relação entre formas de ação popular direta e a participação institucionalizada nos conselhos³, de forma a aprofundar a sinergia entre uma e outra e aumentar a eficácia social dessa participação.

Portanto, esse movimento teve como propulsores básicos a ampliação da participação popular e mobilização da sociedade, a democratização do Estado. Dagnino (2004) pondera que este foi um momento no qual o confronto e o antagonismo que tinham marcado profundamente a relação entre Estado e sociedade civil nas décadas anteriores (período da ditadura) cederam lugar a

³ Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos são o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal).

Fonte: www.portaldatransparência.gov.br

uma aposta na possibilidade de uma ação conjunta para o aprofundamento democrático. E a participação da sociedade se tornou uma característica distintiva desse projeto.

O segundo movimento citado por Armani (2001) é o chamado movimento privatizante. Este se caracteriza pela defesa e promoção da supremacia dos interesses privados sobre o interesse público, destacando o "mercado" como princípio regulador das relações sociais. No Brasil, esse período é marcado pelas políticas liberalizantes do governo Collor (1990-1992) e pelas políticas neoliberais do governo FHC (1995-2002). Este período é ilustrado pela redução do Estado brasileiro e transferência às empresas, ONGs e organizações sociais e ao Terceiro Setor, parte substancial da provisão de bens e serviços sociais.

Dagnino (2004) utiliza o termo *confluência perversa* para explicar a combinação entre esses dois movimentos. Segundo a autora, mesmo que eles caminhem em direção oposta e até antagônica, as duas propostas se misturam e requer da sociedade civil uma postura ativa e propositiva.

O terceiro movimento é o denominado movimento identitário. Este é nomeado assim, pois configura um processo de crise de identidade e papel social dos movimentos sociais e ONGs, ele emerge na confluência e na tensão entre o processo democratizante e o processo liberal-privatizante (ARMANI, 2001).

Esse movimento apresenta como novidade a instauração de uma nova forma de ação política articulada em rede. Muitos movimentos e organizações sociais, tais como o MST, o movimento indígena, o movimento das mulheres trabalhadoras rurais, as redes socioambientais, entre muitos outros, proliferaram-se em redes e fóruns de discussão temática e ação conjunta. Essa forma de atuação fortalece a ação dos atores sociais e amplia os espaços de diálogo.

No entanto, esse processo traz algumas questões para as identidades das organizações, pois muitas vezes a função das ONGs e movimentos podem se

confundir com a atuação do poder público. Os órgãos federais podem vir a ofuscar a atuação dos setores da sociedade civil, se tornando o grande protagonista, o ator-chave da mudança social.

A articulação dos diversos movimentos e organizações, nas esferas socioeconômicas, ambientais e sociais é, portanto, de fundamental interesse para o avanço na luta pela democracia e cidadania.

É importante compreender que para o avanço nessas questões as ONGs têm sido desafiadas a se fortalecerem institucionalmente, como condição à sua sustentabilidade. No entanto, enfrentam problemas de capacitação e gestão eficiente. Diante desses problemas, recursos são investidos em programas e cursos que pretendem institucionalizar essas organizações brasileiras, cujo principal objetivo é promover a transformação social.

A institucionalização das organizações da sociedade civil envolve aspectos como o fortalecimento da capacidade de articulação, a ampliação da legitimidade e base social da organização e o aprimoramento gerencial e operacional (ARMANI, 2001). No contexto brasileiro, alguns desafios são colocados à prova diante da sustentabilidade das ONGs, por exemplo, a visibilidade, a legitimidade e a responsabilidade pública ou *accountability*⁴.

Para que as ONGs continuem existindo é necessário que saibam se articular e projetar-se no espaço público através da mídia, na relação direta com a população, na relação com universidades e outras instituições. Para que isso aconteça são necessários alguns fatores como a eficiência organizacional, a capacidade de inovação, produção de impactos sociais e políticas de comunicação adequada.

⁴ Não existe um termo único em português que defina a palavra *accountability*, no entanto, ela tem sido comumente traduzida para o português como “responsabilização” e ela representa, segundo Pinho e Sacramento (2009 p. 1348), em resumo: a obrigação e a responsabilização de quem ocupa um cargo em prestar contas segundo os parâmetros da lei, estando envolvida a possibilidade de ônus, o que seria a pena para o não cumprimento dessa diretiva.

Além disso, desafios como as formas de ação também são enfrentados. Eles são relacionados à ampliação da escala de trabalho, articulando o territorial com o regional e o internacional, a necessidade do saber articular em rede e tirar proveito das formas de trabalho de instituições de diversas naturezas, exigência por um alto grau de profissionalismo e especialização e a necessidade de combinar ações de resistência, denúncia e proposição política com experimentação de alternativas e geração de benefícios concretos para a população. Além desses desafios, ainda existe o desafio da sustentabilidade financeira.

O Brasil tem passado por um processo de reconfiguração da cooperação com instituições internacionais, assim as organizações são desafiadas a um processo crescente de “nacionalização”, através da captação de recursos nacionais, públicos e privados. Nesse sentido, é exigido uma enorme capacidade de institucionalização, inovação e flexibilidade, e socializar essas experiências é uma forte contribuição para a sustentação das organizações (ARMANI, 200).

Em síntese, entende-se que o maior desafio das organizações é garantir que a sua intervenção específica resulte em melhorias para a qualidade de vida da população e, ao mesmo tempo, apresente um novo modelo de desenvolvimento social para o país.

Dagnino (2004) compartilha desse argumento, pois, segundo a autora, o termo *confluência perversa* parece a melhor forma de explicar a relação entre Estado e sociedade. De acordo com a autora, os interlocutores da sociedade civil, dotados de competência técnica e inserção social são "confiáveis", pois são vistos como parceiros ideais pelos setores do Estado empenhados na transferência de suas responsabilidades para o âmbito da sociedade civil.

Galgani e Said citados por Dagnino (2002, p. 264) ponderam que:

“uma eventual recusa deste papel se configura quando a sociedade se defronta com a possibilidade de produzir

resultados positivos - fragmentados, pontuais, provisórios, limitados, mas positivos - com relação à diminuição da desigualdade e à melhoria das condições de vida dos setores sociais mais atingidos. No entanto, por mais bem intencionadas que essas organizações sejam deve-se ressaltar que os resultados provocados pelas ações das ONGs traduzem fundamentalmente os desejos das agências que as financiam e do Estado que as contrata como prestadoras de serviços”.

Além disso, a participação da sociedade se reduz apenas à execução e implementação de políticas públicas e não às tomadas de decisão, que são reservadas ao "núcleo estratégico", conforme afirma Pereira (2008). Então, o significado político da participação é reduzido à gestão.

Quando se pensa em participação, a ideia de capital social está intimamente conectada a essa noção. Abramovay (2000) ensina que a noção de capital social deve ser entendida de maneira ampla. Ou seja, os indivíduos que compõem o capital social não pensam os seus objetivos de maneira isolada e não tomam decisões de maneira independente. Segundo este autor é a “resposta ao dilema neoclássico da ação coletiva” (Abramovay, 2000, p.381).

Como exemplo prático da aplicação do capital social, Abramovay (2000) pondera que este substitui a ausência de acesso a créditos de mercado regular. Ou seja, um indivíduo não consegue dar garantias de bens físicos para dar entrada em algum empréstimo no banco. No entanto, ao se unir com outros indivíduos, empenhando relações sociais baseadas na confiança, será possível ter acesso a recursos bancários. Isto, então, configura um ativo social capaz de propiciar geração de renda a um grupo de pessoas.

Estas são algumas considerações dentre as tantas presentes nos temas que envolvem participação da sociedade civil em organizações e formação de capital social. A proposta de construção de parcerias e articulações entre atores sociais e organizações de diferentes naturezas, visando o desenvolvimento

territorial social, é tratada como um tema de fundamental importância para a compreensão das noções tratadas aqui.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

O município de Januária está localizado na região sudeste do país, especificamente na região Norte de Minas Gerais. Possui uma área de unidade territorial 6.661,66 km². Ele abriga uma população de 65.463 habitantes segundo dados do IBGE (2014). Deste total, aproximadamente 56% representa a população urbana e em torno de 44% a população rural. Este mesmo Instituto identifica que ele possui o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM⁵) de 0,658.

O índice pluviométrico médio anual de Januária é de 947 mm. A temperatura média anual é da ordem de 26,30°C e sua topografia é plana, com pequenas ondulações. A principal atividade econômica do município ganha destaque no setor primário, com ênfase no agroextrativismo – seus principais produtos agrícolas são: cana-de-açúcar, milho, mandioca, feijão e sorgo. O solo do município apresenta predominância do calcário da série Bambuí e o clima é tropical, com transição para o semiárido (SESC, 2013).

O município tem uma forte tradição de agricultura familiar, porém a produção gerada no meio rural não é suficiente para abastecer todas as necessidades do município, tornando-se necessário comprar mais de 400 toneladas de alimentos de outras regiões do país (MIDIA CIDADÃ, 2013).

As cadeias produtivas da agricultura são as do extrativismo, bovinocultura, hortifrutigranjeiro e pesca artesanal. Januária possui a maior região de mata nativa do cerrado preservada de Minas Gerais, se tornando uma

⁵ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. (PNUD, 2014)

das bases de sustento da agricultura familiar a coleta de frutos do cerrado. (MIDIA CIDADÃ, 2013).

A Figura 1 demonstra a localização de Januária na região Norte de Minas Gerais.

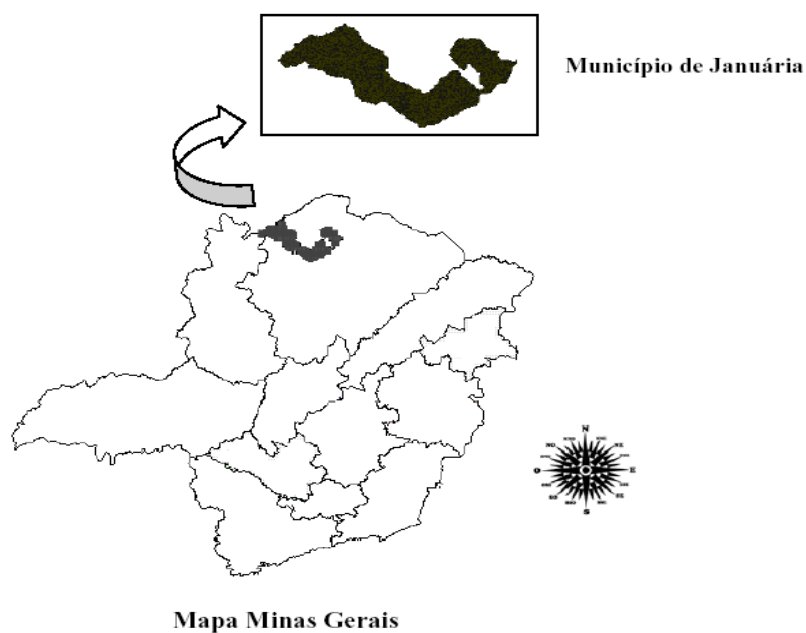


Figura 1 Localização do município de Januária, MG
Fonte: Galizoni (2005).

O rio dos Cochos é formado por 13 nascentes, corta o município de Januária e Cônego Marinho, tem uma extensão de 56 quilômetros e sua bacia ocupa uma área de 159 quilômetros quadrados (CÁRITAS DIOCESENA DE JANUÁRIA, 2007).

Foi iniciado um período de levantamento documental, o que possibilitou ter uma percepção mais aprofundada da realidade do semiárido mineiro, além de obter um panorama a respeito dos programas e ações públicas e da sociedade civil que já haviam sido feitas de maneira geral no município de Januária. Foram

utilizadas fontes de informação como artigos científicos, folders e *sites* da internet.

A pesquisa em questão é caracterizada como um estudo de caso, pois, segundo Godoy (1995) esta é uma das formas de se fazer pesquisa empírica, em que os fenômenos contemporâneos são investigados em seu contexto de vida real. Triniños (1987) pondera que no estudo de caso, o objeto a ser analisado se apresenta como uma unidade seja ela uma pessoa, uma organização ou uma comunidade, a qual se analisa profundamente.

Os roteiros de entrevistas formulados foram do tipo “*focused interview*”, uma vez que era preciso compreender as atitudes, ideias e ações dos atores sociais. Esse tipo de roteiro se apresenta com um foco pré-estabelecido e não apresenta nenhuma restrição ao aprofundamento de questões que podem emergir durante a realização das entrevistas (Alencar, 2003). Na pesquisa em questão, o objeto compreende as comunidades rurais e a associação, ASSUSBAC, que trabalha em prol delas.

Em uma primeira campanha de campo foi feita uma entrevista de caráter exploratório com o presidente da ASSUSBAC, com o objetivo de que fossem transmitidas informações a respeito das organizações que são ou que já haviam sido parceiras das comunidades rurais e da associação, a partir do momento em que a população começou a se organizar para resolver o problema de degradação do rio dos Cochós.

Durante a entrevista coletou-se informações como: quais foram os parceiros, qual era o tipo de parceria consolidada (técnica, auxílio financeiro, assessoria, etc), a duração da mesma e ao final da entrevista foi-lhe solicitado a indicação de um representante que fornecesse informações sobre a ação de cada organização. Foi possível obter um cenário geral sobre todas as práticas implantadas na sub-bacia em parceria com as comunidades. Assim, a partir dos

representantes indicados por ele, foi definida a possível amostra de entrevistados.

A princípio, o total de entrevistados foi definido em 15 pessoas, mas por questões de indisponibilidade do representante da instituição, a amostra de entrevistados ficou delimitada em 14 atores. Todos eles eram representantes da sociedade civil ou de órgãos governamentais. As entrevistas foram gravadas com o consentimento do entrevistado e foram feitas durante o período de agosto a novembro de 2013, nos municípios de Montes Claros, Januária e Belo Horizonte. Isso se justifica porque algumas organizações possuem sede em Montes Claros e, também, porque algumas pessoas envolvidas em ações na sub-bacia trabalham em Belo Horizonte. As entrevistas foram ouvidas posteriormente e as informações mais relevantes foram anotadas.

Apenas uma entrevista foi feita por e-mail, pois a sede da organização é em Brasília, o que dificultou o deslocamento para entrevistar o representante da instituição. No total foram feitas cinco entrevistas em Januária; seis em Montes Claros, e; três em Belo Horizonte.

Os questionários continham questões que contemplavam três dimensões: a primeira, denominada “histórico”, abordava questões como o início da parceria, como foi feito o contato com a associação e a duração da parceria. A dimensão seguinte foi denominada “Projetos, Ações e Atividades” na qual se indagava quais práticas foram feitas na sub-bacia, qual era a cobertura territorial (número de comunidades), os resultados obtidos, se houve algum tipo de conflito e as metodologias empregadas para implantar as práticas nas comunidades. A última dimensão do roteiro dedicava-se a compreender as percepções de cada entrevistado sobre a parceria estabelecida, ou seja, perguntas sobre os desafios de atuar em parceria e o que a pessoa achava que deveria ser melhorado.

À medida que o entrevistado ia respondendo aos questionamentos, notava-se que as três dimensões do roteiro se misturavam, algumas vezes o entrevistado respondia a uma pergunta que contemplava outra dimensão, desta forma algumas entrevistas se transformaram em uma conversa que gerava outras indagações que não estavam no roteiro inicial, o que foi positivo ao final das contas, no sentido de que a conversa foi ganhando novos contornos, porém com a cautela de não deixar o objetivo inicial da pesquisa de lado.

Para a complementação do material foram feitas análises de dados secundários, solicitados aos entrevistados ao final das entrevistas (relatórios, atas de reuniões e projetos escritos, voltados especificamente para o rio dos Cochos ou que contemplassem a sub-bacia analisada).

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, optou-se pela seleção de métodos qualitativos, os quais se mesclam para desencadear o processo investigativo de sequência circular e de caráter exploratório.

De acordo com Alencar (2009), no processo circular de pesquisa, o pesquisador deve, inicialmente, buscar pressuposições alicerçadas por referências teóricas em relação ao seu problema de pesquisa. Essas pressuposições servem de base para a formulação de um roteiro. Desta forma, o pesquisador já passa a ter elementos para iniciar a coleta de informações, utilizando para isso diversos métodos.

As informações geradas por meio dessa coleta devem ser analisadas e os resultados prévios podem ser utilizados para o aperfeiçoamento do roteiro e novas coletas. Assim, novas perspectivas podem ser vislumbradas no âmbito da pesquisa. Não se trata de um processo de pesquisa que tem início e final definidos. Uma vez que é resolvido um problema, sempre há outro para ser trabalhado. A percepção deste processo é o que move o crescimento e aprendizagem durante a pesquisa (ALENCAR, 2009).

A estratégia de pesquisa é ilustrada na Figura 2:

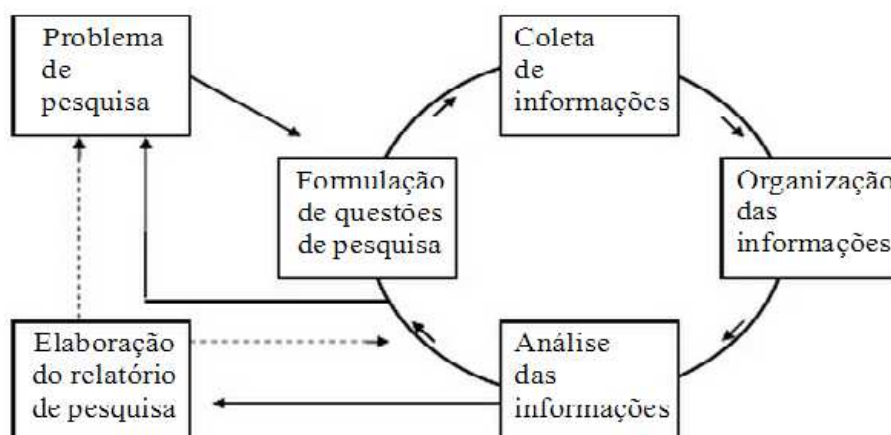


Figura 2 Processo circular de pesquisa em ciências sociais.
 Fonte: Alencar (1999, p.29) e adaptado do esquema de Spradley.

Deve-se ressaltar que o processo circular de pesquisa foi iniciado em novembro de 2012, durante o Encontro Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro (EconASA), realizado no município de Januária, encontro este que contou com diálogos, percepções, apresentações de experiências (inclusive uma visita ao rio dos Cochós) e foi de grande valia para vislumbrar um primeiro horizonte sobre a situação do rio.

No ano seguinte, em maio de 2013, foi feita uma visita à Januária, em caráter de acompanhamento à equipe do NPPJ (Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers) radicado no *campus* UFMG de Montes Claros, que levou alunos de graduação da universidade com o objetivo de visitar algumas comunidades e realizar entrevistas com os agricultores, com a proposta de compreender alguns aspectos do processo de gestão produtiva, econômica, social, ambiental e política das comunidades rurais lá residentes.

Nesta visita, de cunho exploratório, de maneira similar à primeira visita através do EconASA, foram realizadas observações *in loco* da região e foram

feitas anotações sobre os processos citados que permeiam a conservação do rio dos Cochós.

Essas intervenções trouxeram elementos que levaram a uma melhor compreensão do objeto de pesquisa. Vale ressaltar que essa primeira coleta de informações sinaliza a riqueza de se utilizar um processo circular de pesquisa com os agentes em questão.

A próxima sessão está dedicada aos resultados das análises das entrevistas feitas aos atores sociais citados e dos dados secundários coletados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 Histórico socioambiental da criação da ASSUSBAC

Para compreender melhor os motivos que levaram à organização social da população é necessário primeiro entender o contexto no qual a sub-bacia estava inserido: o cenário da região era de escassez dos recursos ambientais, o que prejudicava a produção das famílias e foi nessa perspectiva de redução da qualidade de vida dos agricultores familiares da sub-bacia e da percepção de que seria necessária uma articulação que envolvesse mercado, desenvolvimento sustentável e produção que os moradores começaram a se articular.

A firma H. Pichioni, empresa que ocupou as chapadas das cabeceiras do rio dos Cochos nas décadas passadas desistiu do reflorestamento e do plantio nos gerais a partir dos anos 2000. As terras da região voltaram a ser utilizadas para a solta de gado e para a coleta de lenha e frutos como cajuzinho-do-campo, coquinho azedo e as terras voltaram, então, a servir os moradores com o seu propósito inicial, a exploração comunitária, no entanto, agora com uma quantidade de recursos naturais bastante reduzida e condições de produção mais precárias (RIBEIRO, 2010).

Para auxiliar no processo de reversão da conjuntura socioambiental da região, a EMATER-MG, entre os anos de 1997 e 1999, teve uma atuação significativa, pois este órgão ajudou a produzir, em conjunto com as comunidades rurais, um diagnóstico da sub-bacia que apontava os danos ambientais causados pelas empresas (produção florestal - reflorestamento de eucalipto e pinus - de pecuária de corte, agricultura irrigada e empresas de carvoejamento da mata nativa) que entraram nas chapadas dos gerais a partir da década de 1970.

A EMATER promoveu a realização de oficinas, seminários e capacitações que debatiam temas como conscientização ambiental, orientações quanto às técnicas mais sustentáveis de produção e discussões de cunho sociopolítico.

A Cáritas Diocesana de Januária teve um papel significativo nesta história, pois, a partir do momento que a EMATER elaborou o diagnóstico ambiental da sub-bacia, depois desta empresa anunciar que não seria possível gestar um projeto de recuperação do rio por falta de recursos financeiros, a Cáritas tomou conhecimento do diagnóstico já executado, redimensionou os objetivos e em cima daquele diagnóstico, juntamente com os moradores da sub-bacia, elaborou o primeiro projeto, em 2001, com duração de três anos para o rio dos Cochos que foi intitulado “*Programa de revitalização do rio dos Cochos*”⁶.

De acordo com os preceitos do CÁRITAS DIOCESANA DE JANUÁRIA (2001), para consubstanciar a execução do programa, os princípios da educação ambiental são considerados, a saber:

- a) “considerar o meio ambiente em sua totalidade”;
- b) “sensibilização, conhecimentos e atitudes”;
- c) “variedade de ambientes e métodos – desenvolver o senso crítico”;
- d) “identificar a causa dos problemas ambientais, perspectiva de desenvolvimento”;
- e) “participação da comunidade e enfoque interdisciplinar”, e;
- f) “abordagem local, nacional e internacional numa perspectiva histórica”.

⁶ Para fins de facilitação da leitura, especificamente neste trabalho, o Projeto de Revitalização do Rio dos Cochos será denominado “PRRC”.

Este programa teve o seu financiamento feito pela Misereor, instituição alemã que já era parceira da Cáritas e financiava outros projetos no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha. A partir desse momento, a participação da EMATER passou a ocorrer através da disponibilização de técnicos para orientação das práticas que viriam a ser desdobradas na sub-bacia.

Inicialmente, um grupo de articuladores foi formado com o intuito de levar para as famílias das comunidades principalmente o tema da importância da conservação do meio ambiente e a conscientização de que era necessário conservar para produzir sustentavelmente, levando em conta a utilização de técnicas agroecológicas, de modo que os recursos naturais não se esgotassem no futuro.

Já em 2003, com a assessoria da Cáritas Diocesana de Januária, a ASSUSBAC foi formalmente fundada enquanto Associação. É importante lembrar que já existiam associações que representavam os interesses de cada uma das comunidades da sub-bacia do rio dos Cochos, por isso a ASSUSBAC foi criada com uma proposta diferenciada. Ela foi formada para prover unidade para todas as associações da sub-bacia, como comprova depoimento do atual presidente da ASSUSBAC:

“A associação foi formada para criar unidade entre todas as associações existentes na região e desenvolver um trabalho diferenciado das associações, não tirando a autonomia das mesmas, focado na questão ambiental na perspectiva de criar um processo produtivo menos degradante.”
(Entrevistado 1)

A associação foi criada, portanto, com o objetivo de ser uma entidade direcionada principalmente para conscientizar os moradores a respeito das condições da sub-bacia, tanto sob a perspectiva sociopolítica quanto ambiental.

Ela tem caráter articulador, pois exerce o papel de interligar as comunidades locais ao poder público.

4.2 Ações desenvolvidas pela associação

A associação trabalha para desenvolver práticas que proporcionem maior conforto e qualidade de vida para a população. Desta forma, as ações estão relacionadas a práticas que aumentem a oferta de água e a facilidade de acesso à mesma. Além da questão da preservação dos recursos hídricos, também se busca aumentar a preservação dos recursos naturais da região, procurando conciliar a conservação ambiental e o aumento da geração de renda, de forma a auxiliar as famílias a obter melhor qualidade de vida.

Assim, a associação busca parceiros para auxiliar na captação de recursos para desenvolver projetos e ações que serão descritos em tópicos posteriores. No entanto, de maneira geral, pode-se afirmar que a associação trabalha para realizar projetos de construção de barraginhas, beneficiamento e comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar e do agroextrativismo (como o pequi), além dos trabalhos de capacitação da população, ou seja, atividades que envolvam acesso à água e atividades de cunho econômico.

No campo festivo, cavalgadas ecológicas são realizadas anualmente com alguns propósitos: promover maior integração entre as comunidades, de forma a fortalecer as iniciativas da associação, chamar a atenção do poder público municipal para a questão da sub-bacia do rio dos Cochos e alertar a população para a questão da informação ambiental e, assim, promover a educação ambiental informal⁷.

A ASSUSBAC, enquanto uma associação de natureza articuladora, sempre busca ampliar a sua rede de contatos através da realização de parcerias institucionais para desenvolvimento de projetos, além de se relacionar com diversos movimentos sociais, conselhos e comitês, a fim de manter o fluxo de troca de experiências e aumentar a visibilidade da associação em diversas dimensões, entre eles destaca-se: Movimento dos Atingidos pelas Barragens; Movimento dos Sem Terra; Comissão Pastoral da Terra; Conselho Pastoral dos Pescadores; Conselho Municipal do Meio Ambiente; Conselho Diretor do Pró-Pequi; Núcleo do Pequi; Associação dos Apicultores de Januária; Cooperativa de Pandeiros; Associação da Barra do Tamboril; Colônia de Pescadores; Comitê de Defesa do Rio São Francisco; Sindicato dos Produtores; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Conselho Municipal de Saúde; Itavale e Geraizeiros.

4.3 Problemas e dificuldades da associação

Como muitas associações comunitárias, a ASSUSBAC encontra também alguns problemas para o desenvolvimento das suas ações. Um dos principais problemas que a ASSUSBAC enfrenta atualmente é a falta de interesse na participação de algumas famílias associadas.

De acordo com depoimento de algumas pessoas relacionadas com a Cáritas e a ASSUSBAC, algumas famílias se mostram desinteressadas pelos problemas das comunidades, têm envolvimento nulo nas reuniões, capacitações, oficinas e seminários ou simplesmente começam a participar das atividades e logo abandonam, por falta de interesse e, principalmente, por ainda não terem se

⁷ A educação ambiental informal é um processo que não está em formato de curso. É um processo que abrange a comunidade como um todo, incluindo as pessoas que não estão na faixa etária do processo formal de educação. Ela é realizada para promover a defesa do meio ambiente, representando um importante papel na conscientização e sensibilização ambiental. (Rosa *et al*, 2001)

dado conta da importância da manutenção do rio dos Cochos para a vida das famílias moradoras das comunidades.

Elas esperam que as soluções aconteçam a partir de ações das lideranças da associação e não a partir delas mesmas. Esse fato representa uma continuidade da tradição assistencialista, na qual a população está acostumada a apenas receber os benefícios do governo e não fazer parte das etapas de formulação e planejamento das políticas públicas.

Por outro lado existem associados extremamente envolvidos, participativos e interessados em colaborar para a transformação da realidade local. Participar dos processos de tomada de decisão, estar presente nas reuniões e estar informado das atividades que estão acontecendo na comunidade são condições imprescindíveis para o bom e eficiente funcionamento das ações que a associação desenvolve.

Assim, pode-se inferir que a participação na associação acontece mais intensamente através da qualidade do envolvimento das pessoas do que através do número de associados, quantitativamente. Ou seja, é a força da qualidade das poucas pessoas que se entregam realmente à causa pela qual a associação foi fundada, que move o desenvolvimento das atividades da associação.

Outro problema apontado por uma das lideranças é a dificuldade em repassar para cada agricultor a importância da preservação ambiental. Mesmo com todos os programas, ações, projetos e atividades de educação e conscientização ambiental desenvolvidos na sub-bacia durante estes onze anos de criação da associação, que alertam para a proposta “produzir sem degradar o meio ambiente”, em algumas famílias prevalece ainda o mito de que o agroextrativismo é uma atividade para “agricultor preguiçoso”, conforme mencionado por alguns entrevistados.

Segundo um agricultor, essas famílias enxergam essa atividade com preconceito, pois ela não requer o mesmo cuidado e dedicação que a lavoura,

por exemplo, o que interfere nas tradições agrícolas e os costumes construídos ao longo de tantos anos nos gerais.

Portanto, é neste ponto que a associação reúne esforços para que mudanças sejam provocadas na mentalidade de cada agricultor, de modo que seja instaurada uma compreensão generalizada de que os princípios agroecológicos são válidos para os agricultores se sustentarem e gerarem renda, bem como para diminuir o impacto ambiental na sub-bacia.

Para que isso aconteça, as ações são voltadas também para que todos compreendam que o esforço e dedicação para recuperar o patrimônio ecológico do rio dos Cochos devem vir de cada um de maneira individual, e não apenas dos líderes da associação ou das famílias mais atuantes.

Outro problema apontado nas entrevistas diz respeito à clássica dificuldade encontrada no meio rural que é a evasão dos jovens da região para o meio urbano, sendo esta uma condição que prejudica o desenvolvimento das atividades da ASSUSBAC, uma vez que quem fica na sub-bacia são os pais de famílias e as pessoas mais velhas, tornando-se um empecilho para passar os conhecimentos tradicionais e os conhecimentos novos adquiridos para as futuras gerações, comprometendo, assim, a sucessão familiar.

No Brasil, a questão da sucessão hereditária na agricultura familiar é um problema de abrangência nacional. Abramovay (2005) pondera que as políticas de desenvolvimento rural não devem ser voltadas apenas para a agricultura, uma vez que a agricultura familiar é pluriativa e multifuncional. Esse autor afirma que os futuros agricultores serão cada vez mais pluriativos, pois não irão depender apenas da renda da agricultura e, sim, de outras atividades também, inclusive as atividades voltadas à valorização da biodiversidade existente no meio rural.

Apesar disso, é animador o fato apontado pelo presidente da ASSUSBAC de que nos últimos anos tem-se observado um relativo aumento no envolvimento e participação das pessoas mais jovens nas práticas da associação.

Outra dificuldade apontada por lideranças da associação está relacionada à questão da educação de baixa qualidade nas escolas da sub-bacia. Uma das principais reivindicações da ASSUSBAC para com o poder público municipal diz respeito à qualidade da educação na sub-bacia. Este é um assunto, que de acordo com moradores da região, sempre foi deixado de lado pelas autoridades públicas. O que é reivindicado é o fato de que não existe uma educação voltada para os interesses da realidade local. Ou seja, é necessária e urgente uma educação formal contextualizada, como nos moldes da EFA - Escola Família Agrícola, que dê conta de atender as verdadeiras demandas e que parta dos potenciais da região.

De acordo com Teodoro (2010), num estudo sobre a região, existe claramente um distanciamento entre os jovens das comunidades e as questões socioambientais debatidas pela ASSUSBAC. Este mesmo autor identifica que a adequação e a contextualização do processo educativo formal na sub-bacia dependem necessariamente da articulação entre a organização dos agricultores e as escolas rurais, assim as temáticas a serem trabalhadas nas práticas pedagógicas podem ser constantemente atualizadas. Isto garante que haja uma compatibilidade entre o que está sendo discutido na organização e nas escolas. Desta forma, garante-se o processo de contextualização da educação das escolas na sub-bacia.

Teodoro (2010) pondera também que a escola, enquanto uma instituição que representa uma dimensão do território, responsável pela gestão do conhecimento nas comunidades, não deve ser vítima também de um mecanismo de dominação e manutenção do poder, assim como aconteceu com outras dimensões do território, como os recursos naturais que passaram pelo processo

de mercantilização, por parte das empresas que entraram nos gerais algumas décadas atrás.

Outra reivindicação da associação para com o poder público diz respeito à questão do patrolamento das estradas. Os moradores da região afirmam que um dos principais causadores da redução do volume de água do rio são as estradas mal construídas, principalmente pelas empresas reflorestadoras que entraram na região a partir da década de 70. As estradas foram construídas cortando o leito do rio. Quando chove, a areia segue em grande quantidade para o rio, provocando o assoreamento.

O patrolamento não resolve a questão. É necessário que as estradas sejam readequadas. Para evitar que o solo fique mais desgastado ainda, a ASSUSBAC orienta as famílias para fazerem o manejo adequado dos solos e cobrar do poder público estradas que sejam construídas e readequadas com mais responsabilidade, de forma que as autoridades respeitem e aceitem os conhecimentos sobre o solo dos moradores da sub-bacia, durante a construção de uma estrada.

4.4 Mapeamento dos órgãos públicos e da sociedade civil parceiros da ASSUSBAC

Foram identificadas quinze organizações pesquisadas, cujas ações estão descritas abaixo e para melhor compreensão deste estudo foram arranjadas em três grupos: entidades religiosas, sociedade civil e órgãos públicos.

4.4.1 Entidades religiosas

Este grupo é composto por duas organizações: a Cáritas Diocesana de Januária e a Misereor. Apesar de ambas as instituições serem consideradas como organizações da sociedade civil, elas foram encaixadas neste grupo a título de

organização do estudo e para enfatizar a atuação da Igreja Católica nessas duas instituições representantes da mesma. Ambas são entidades que mantêm vínculos com a Igreja Católica, neste sentido destaca-se a influência dessas instituições no auxílio à promoção do desenvolvimento rural.

Juridicamente, a Cáritas é reconhecida como uma organização de utilidade pública federal, o que demarca então as relações entre igreja e Estado. Ao longo da história, a igreja católica se envolve com as dimensões sociais, econômicas e culturais (principalmente) do meio rural no Brasil.

É notável a contribuição de órgãos com base na igreja católica (congregações religiosas, pastorais, associações) que impulsionaram o desenvolvimento de comunidades, sejam elas de agricultores familiares, de indígenas, quilombolas, ou outras. Na maior parte das vezes, assim como acontece com a Cáritas Diocesana de Januária, este auxílio é percebido através de ações baseadas na solidariedade e caridade e nas construções coletivas, permeado sob a noção de que a ajuda deve ser horizontalizada, deve partir das comunidades e com elas, e não para as comunidades. Ou seja, é uma metodologia de ação vinculada ao princípio de ajuda mútua, de troca, de relações horizontalizadas e não hierarquizadas e nem baseadas no assistencialismo.

4.4.1.1 Cáritas Diocesana de Januária

A Cáritas Brasileira é uma entidade fundada em 1956 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ela atua na promoção e atuação social e trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural (CÁRITAS BRASILEIRA, 2014).

A Cáritas foi criada inicialmente para assumir as obras sociais da Igreja Católica e para apoiar um programa subsidiado pelo governo americano, implementado após a Segunda Guerra Mundial, chamado “Programa Aliança para o Progresso”, de distribuição de alimentos. Na década de 70 o programa foi extinto e começou-se a pensar em um programa que envolvesse a promoção humana e não mais a tradição assistencialista. A partir daí iniciou-se um processo de renascimento da Cáritas Brasileira que começou a se pautar nos princípios da educação popular.

Neste momento, a Cáritas ficou mais próxima das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), dos Organismos Pastorais e Sociais (CPT, CIMI, CPO) e foi renovando a sua metodologia e estratégia de ação, a partir de uma abordagem mais próxima da realidade dos segmentos das populações a qual se dedicava (CÁRITAS BRASILEIRA, 2014).

Nos anos 90, a Cáritas deu início à implementação dos Projetos Alternativos Comunitários, com uma proposta inovadora e assumiu a liderança nas pastorais sociais. A entidade atualmente conta com uma equipe grande de voluntários e funcionários fixos e a sua ação está calcada nos preceitos da solidariedade para a transformação.

A Cáritas Regional de Minas Gerais foi fundada em 1989 e articula 13 entidades-membros, que são: Cáritas Diocesana de Januária, Almenara, Janaúba, Montes Claros, Diamantina, Paracatu, Uberaba, Leopoldina, Itabira/Coronel Fabriciano, Governador Valadares, Araçuaí e Ação Social Arquidiocesana de Belo Horizonte, que integram a Rede Nacional. São elas que operacionalizam as ações e programas definidos pelo Congresso Nacional da Cáritas Brasileira, tendo como finalidade a implementação da sua missão institucional.

A linha de ação da Cáritas Regional de Minas Gerais está apoiada no desenvolvimento dos programas: Segurança Alimentar e Nutricional, Convivência com o Semiárido, Economia Popular Solidária, Gestão de riscos e

emergências, Catadores e Catadoras de Recicláveis e Programa de Infância, Adolescência e Juventude. Para o desenvolvimento dos programas e projetos a Cáritas utiliza três estratégias de ação: mobilização nacional; fortalecimento das iniciativas da sociedade civil organizadas para intervenção nas políticas públicas e ações diretas de apoio a segmentos da população em situação de risco social. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2014)

A Cáritas Diocesana de Januária foi fundada em 1999 e tem como objetivo exercer atividades de promoção e assistência social junto às famílias do Médio São Francisco, Norte de Minas Gerais. Atualmente o raio de abrangência da Cáritas de Januária é de treze municípios da região, sendo eles: Januária, São Francisco, Pintópolis, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, São João das Missões, Pedras de Maria da Cruz, Bonito de Minas, Itacarambi, Manga, Montalvânia, Miravânia e São Romão.

Diante do cenário que estava instalado nas chapadas dos gerais no município de Januária, ao final da década de 90, momento em que as firmas foram desmontadas, muitos dos breves empregos desapareceram. Além disso, muitos riachos foram secos, com isso os moradores começaram a sentir a diminuição do estoque de recursos naturais, a produção de alimentos e a coleta de frutos foram reduzidas, afetando consideravelmente a qualidade de vida da população como um todo.

A Cáritas, com o apoio do projeto da Misereor, se dando conta desta situação, se tornou parceira das comunidades rurais do rio dos Cochos em 2001. Ela incentivou a população a buscar alternativas e funcionou como uma “mãe”, de acordo com a fala de entrevistados, pois levou parceiros para fortalecer as iniciativas locais e, além disso, foi a organização que mais incentivou e protagonizou o processo de fundação da ASSUSBAC, atualmente uma associação com atuação de notável destaque no município de Januária.

A Cáritas foi a responsável por redigir o PRRC e enviar para a Misereor, e contou, naturalmente, com a participação das comunidades para a definição dos objetivos e metas e o que deveria ser priorizado, tanto em termos ambientais quanto socioeconômicos, de geração de renda. Importante lembrar que ao longo de treze anos de parceria entre Cáritas e comunidades rurais, houve três versões do PRRC.

Apesar de ser a Cáritas a responsável pelo projeto, a organização entendia que seu papel deveria se limitar à supervisão do projeto e a execução do mesmo deveria ser feita pelos moradores da sub-bacia, de forma a valorizar as experiências e os conhecimentos locais. Neste sentido, a participação da Cáritas foi direcionada à administração dos recursos financeiros que eram repassados à conta desta.

No entanto, é importante ressaltar que a primeira fase de implementação do projeto (2001 a 2003) foi um momento que demandou da Cáritas um envolvimento mais visceral com as comunidades. Neste sentido realizou diversas visitas e reuniões nas comunidades-alvo, aos órgãos públicos e entidades populares que iriam participar do projeto com a proposta de aprofundar a discussão sobre o mesmo.

Além disso, realizou oficinas e cursos de capacitação de agentes multiplicadores para a difusão de tecnologias de abastecimento de água, manejo dos solos, perenização dos córregos e rios, recuperação de mata ciliar, etc, tendo como participantes do projeto os próprios moradores da sub-bacia. Ademais, foram feitas discussões e reflexões sobre a realidade específica do semiárido na região de Januária.

Os voluntários e profissionais contratados pela Cáritas para o PRRC foram orientados a assessorar as comunidades na captação de recursos. Eles também foram orientados a reforçar nas comunidades a necessidade de

articulação entre a sociedade civil regional e os conselhos municipais, como forma de viabilizar a negociação legítima e transparente das políticas públicas.

Assim sendo, as comunidades poderiam negociar, via conselhos municipais, a implementação de programas específicos para a sub-bacia, tendo como possibilidades de financiamento: Pronaf – Infraestrutura, Investimento e Custeio, Proágua, Frentes de trabalho e o próprio Programa de Qualificação Profissional do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Paralelamente as estas ações a Cáritas se propôs a participar da Conferência das Águas, realizado em Minas Gerais, um evento realizado pelo IGAM, que constituiu um importante instrumento de ação e articulação da sociedade civil, com o objetivo de apoiar a mobilização das comunidades do Médio São Francisco, para mais tarde instituir o Comitê de Gerenciamento e Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, comitê este do qual a ASSUSBAC passou a compor alguns anos depois, quando foi fundada.

A Cáritas de Januária foi também uma unidade gestora do programa P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas, da ASA, programa este que será descrito mais adiante. A unidade gestora é a responsável por gerir os recursos repassados pela ASA e emitir relatórios financeiros e das atividades para a mesma.

Para a execução do projeto, a Cáritas, juntamente com a ASSUSBAC, contou com a participação de uma equipe voluntária que ficou responsável por estabelecer contatos com entidades civis, com o propósito de estabelecer parcerias (as quais serão detalhadas em tópico posterior); monitorar a entidade contratada no desenvolvimento das ações; divulgar as atividades e projetos da Cáritas; implantar pequenos projetos de geração de renda e acompanhar e avaliar os projetos implementados na sub-bacia do rio dos Cochós.

A Cáritas também se responsabilizou por contratar uma equipe que ficasse por conta de fazer diagnósticos, trabalhar na capacitação de agentes

multiplicadores, organizar seminários e encontros, monitorar as ações realizadas nas comunidades e apresentar relatórios dos trabalhos realizados.

A associação foi formalmente fundada em 2003, mas desde o ano de 2001 conta com o apoio da Misereor, cuja intermediação era feita pela Cáritas. A Misereor teve uma atuação bastante representativa em termos de auxílio financeiro para o processo de revitalização do rio. Esta instituição será abordada com mais detalhes no tópico seguinte.

4.4.1.2 Misereor

A Misereor é uma instituição alemã, também conhecida como Organização dos Bispos Católicos alemães da Cooperação para o Desenvolvimento. Foi fundada há pouco mais de 50 anos e tem o compromisso de combater a pobreza na África, América Latina e Ásia. A instituição apoia mais de 5000 projetos em 95 países e possui aproximadamente 2500 parceiros, sendo que a maioria dos parceiros são dioceses, congregações e organizações da base da igreja (MISEREOR, 2014).

A proposta fundamental da Misereor não é promover a mudança através de ações externas e, sim, apoiar as organizações locais e fortalecer as iniciativas próprias de cada comunidade, de forma a garantir que os projetos sejam voltados para as necessidades e modos de vida das pessoas envolvidas (MISEREOR, 2014).

A maior parte do financiamento (dois terços do volume de recursos) da Misereor vem de impostos arrecadados pelo governo federal alemão, através do Ministério Federal Alemão para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Outra pequena parcela dos financiamentos é proveniente da doação de pessoas físicas e aproximadamente 6% da renda da instituição vêm de fundos da Igreja Católica.

A instituição fornece o seu apoio, portanto, aos parceiros locais, que são as instituições com base na igreja, as organizações não governamentais, movimentos sociais e institutos de pesquisa com os quais a agência coopera. O apoio da Misereor é dado na forma de conselhos, experiências e fundos. No caso da experiência de revitalização da sub-bacia do rio dos Cochos, o apoio às comunidades foi dado por meio de um órgão da igreja, a Cáritas Diocesana de Januária.

A Misereor iniciou a sua atuação na sub-bacia em 2001, quando foi implantado o primeiro “Projeto de Revitalização do Rio dos Cochos” (PRRC). Importante ressaltar que esta foi a primeira atuação da instituição na sub-bacia, porém a Cáritas já mantinha vínculos com a Misereor através de outros projetos em outras regiões de Minas Gerais.

A parceria entre a Misereor, a Cáritas e a ASSUSBAC funciona da seguinte forma: os recursos financeiros são repassados à Cáritas, que é a organização responsável por fazer a gestão das finanças. A ASSUSBAC fica parcialmente responsável pela execução do projeto, através da atuação dos seus líderes que se tornaram também coordenadores do projeto.

Essa atribuição de funções é bem vinda para o sucesso do projeto, pois existe uma convergência de funções na medida em que algumas pessoas envolvidas neste processo são ao mesmo tempo líderes da associação e atuam como voluntários da Cáritas, o que favorece o fluxo de informações e efetiva a comunicação entre as duas organizações locais.

A forma de acompanhamento da Misereor com relação às atividades desenvolvidas no PRRC é bastante sistemática. São feitas auditorias periódicas (semestrais), são cobrados dos coordenadores do projeto relatórios financeiros e das atividades trimestrais e anuais, todos os anos um representante da Misereor faz uma visita à região e verifica a evolução das atividades do projeto, além

disso, a instituição disponibiliza um assessor que fica por conta de monitorar todos os projetos da região Sudeste e Centro-oeste do país.

Durante as visitas do representante e do assessor, são identificadas todas as potencialidades do projeto bem como as deficiências, são realizados debates, discussões das perspectivas, a fim de efetivar e ajustar os objetivos propostos inicialmente no projeto. Cada programa que é aprovado pela instituição vem com diversos subprojetos, que se encaixam nas áreas de geração de renda, de formação sociopolítica, ambiental, entre outros.

Ao final de cada ano de execução do projeto é feita uma avaliação e um planejamento para o próximo ano. Essa reunião dura em torno de três dias, é feita junto com a comunidade e representantes dos parceiros envolvidos com o projeto, como a EMATER, por exemplo, e tem como objetivo fazer um balanço geral dos resultados até então alcançados, incluindo os aspectos negativos e positivos, o que deu certo, o que foi equivocado, o que deve ser repetido e o que deve ser evitado. A partir dessas avaliações procura-se redimensionar sistematicamente os objetivos para o próximo ano.

As ações realizadas pelo PRRC são das mais diversas naturezas, desde as questões ambientais até a formação sociopolítica dos moradores das comunidades e foram realizadas a partir de parcerias estabelecidas com diversas organizações que atuam na região, seja da esfera pública ou da sociedade civil.

A título exemplificativo, na área produtiva, foi consolidada uma parceria com o SENAR-MG (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) que auxiliou a ASSUSBAC na implantação de projetos de produção como caprinocultura, ovinocultura, suinocultura, apicultura, piscicultura e bovinocultura.

Além disso, foram realizadas também atividades de formação política. Essas ações não tinham caráter pontual, eram realizadas aos poucos a partir das ações que as diversas organizações que atuavam em parceria com a ASSUSBAC desenvolviam na comunidade. Ou seja, eram reuniões, seminários que discutiam

temas de diversas categorias, como direitos da criança e do adolescente, temas relacionados a gênero, temas relacionados à questão política, como o voto consciente, a corrupção eleitoral e, também, como a Cáritas é um órgão ligado à igreja católica, em alguns seminários foram trabalhadas questões do cristianismo, como a evangelização.

Com relação ao aporte de recursos da agência na sub-bacia, o total investido pela Misereor foi de R\$1.230.145,75. De forma que a divisão se estabelece da seguinte maneira (em valores atualizados para os preços de 2014): de 2001 a 2003 (primeira versão do projeto de revitalização do rio) a Misereor desembolsou R\$ 358.470,47. De 2005 a 2007, quando o projeto foi renovado, o investimento foi mais abundante, com o total de R\$ 540.505,66. E, na terceira vez que o projeto foi implementado, o aporte foi de R\$ 331.169,62⁸. Cabe destacar o papel bastante significativo da Misereor durante a sua atuação na sub-bacia do rio dos Cochos. Essa instituição investiu uma grande quantia de recursos financeiros e, portanto, colaborou significativamente com o desenvolvimento do território. De acordo com os entrevistados deste estudo a instituição já sinaliza que não pretende continuar renovando os projetos de revitalização do rio.

De maneira similar ao que vem acontecendo com outras agências de cooperação internacional, o que caracteriza, assim, um fenômeno contemporâneo, a justificativa da Misereor é que outros locais são mais necessitados de ajuda do que o Brasil, portanto, a instituição pretende concentrar todos os seus investimentos nos países da África e Ásia e gradualmente diminuir

⁸ Todos os valores relacionados ao aporte de recursos financeiros que aparecem nesta pesquisa foram corrigidos de acordo com os efeitos da inflação, tendo como ano-base o ano de 2014 e o mês de junho. São valores estimados e calculados utilizando-se o índice IGPM (Índice Geral de Preço de Mercado), produzido pela FGV. O IGPM é um índice que mede a variação de preços do mercado.

os investimentos nas cidades da América Latina, até cessar completamente a sua atuação no continente.

Apesar de a instituição deixar de enviar recursos à associação os seus líderes estão de acordo com esta decisão, eles acreditam que a instituição executou um papel muito sério ao longo de treze anos de parceria com as comunidades, colaborando significativamente com o crescimento da associação e indiretamente com o desenvolvimento da região.

De acordo com depoimentos de entrevistados, desde que a associação foi criada eles se sentem atualmente mais preparados para dar continuidade ao processo de revitalizar o rio, sem necessariamente depender da ajuda da Misereor.

Isto se justifica pelo fato de que os líderes já adquiriram o *know-how* de como captar recursos de outras instituições, de buscar e consolidar parcerias, de organizar eventos, de promover atividades que incrementem a renda dos moradores, enfim, já estão intimamente inseridos no processo dinâmico de funcionamento de uma associação, situação esta muito diferente de quando a associação funcionava apenas como um grupo de articuladores a alguns anos atrás.

4.4.2 Sociedade civil

Este grupo compreende organizações situadas dentro do espectro de entidades que não possuem como objetivo final o acúmulo de lucros e, sim, trabalhar a favor da provisão de uma melhor qualidade de vida para a sociedade como um todo.

No caso da ASSUSBAC, as organizações da sociedade civil que estabeleceram uma parceria sólida com ela ao longo de dez anos de existência foram:

- a) Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN)
- b) Centro de Agricultura Alternativa (CAA)
- c) Articulação do SemiÁrido (ASA)
- d) Cooperativa Grande Sertão (CGS);*⁹
- e) Articulação Popular de Defesa do São Francisco;
- f) Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros (SENAR)*.

4.4.2.1 Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN

O Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN) tem sede em Brasília, é um centro de pesquisa e documentação independente, brasileiro e sem fins lucrativos. Seu objetivo central é contribuir para a viabilização do desenvolvimento sustentável com equidade social e equilíbrio ambiental.

O Instituto iniciou a parceria com a ASSUSBAC em 2007, na ocasião em que a associação enviou uma proposta de projeto para um edital do programa PPP-ECOS (Programa Pequenos Projetos Ecosociais), e o projeto foi selecionado para receber apoio.

O PPP-ECOS é um programa internacional que concede pequenas doações a organizações e associações sem fins lucrativos, sindicatos e cooperativas que tenham caráter não governamental e de base comunitária, para atividades que aferem benefícios ambientais e que, obrigatoriamente resultem na melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, por meio do uso sustentável da biodiversidade.

De acordo com o ISPN (2014) este é um programa “criado para apoiar projetos de organizações não governamentais e de base comunitária que

* Não foi possível obter dados sobre as atividades desempenhadas por essas duas organizações.

desenvolvem ações que geram impactos ambientais globais positivos, combinados com o uso sustentável da biodiversidade”.

É um dos poucos programas no Brasil que direcionaram seu apoio exclusivamente para o bioma Cerrado durante muitos anos. Porém, no ano de 2013 o programa passa a apoiar projetos de outros biomas.

O programa PPP-ECOS é financiado pelo Small Grants Programme (SGP), vinculado ao Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF) e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e também pelo Fundo Amazônia. Entre 2007 e 2012, o PPP-ECOS recebeu cofinanciamento por meio do Projeto Florelos (Elos Ecosociais entre as Florestas Brasileiras: modos de vida sustentáveis em paisagens produtivas) com apoio financeiro da União Europeia. Atualmente, recebe apoio do Tropical Forest Conservation Act (TFCA), por meio do Funbio. (ISPN, 2014).

No Brasil, a administração encontra-se a cargo do PNUD e do ISPN, que funciona como a sua Coordenação Técnico-Administrativa (CTA) desde 1994. Sua implementação é regulamentada pela Estratégia Nacional definida pelo Comitê Gestor Nacional (CGN), que conta com representantes de órgãos governamentais, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e da academia.

O programa prioriza propostas de projetos baseadas na participação das comunidades que têm potencial de ser autossustentáveis, principalmente por meio de atividades produtivas e comerciais; que sejam inovadoras; que possam ser replicadas em outros locais, que levem em consideração as relações de gênero e que estabeleçam relações harmoniosas nas ações de conservação do meio ambiente e desenvolvimento social. A aprovação do projeto na sub-bacia do rio dos Cochós se deu porque o projeto enviado atendeu satisfatoriamente a todos esses pré-requisitos.

O apoio ao projeto se deu, portanto, da seguinte forma: o instituto publicou o edital e fez uma triagem dos projetos recebidos. Após a triagem, o projeto foi encaminhado para o Comitê Gestor Nacional (CGN) que realizou a seleção final dos projetos e ao ISPN para fazer o acompanhamento técnico-administrativo.

O projeto enviado pela ASSUSBAC em 2007 foi intitulado “*Desenvolvimento sustentável com abelhas sem ferrão*” e teve como proposta desenvolver uma pesquisa de criação de abelhas visando desencadear um processo de conservação em toda a região, tendo em vista a ameaça de extinção que a espécie sofre e o potencial de geração de renda e segurança alimentar, por meio da produção de mel. O projeto envolveu as seis comunidades de abrangência da associação e contou com a participação ativa de 68 pessoas.

O projeto teve como estratégia de ação a realização de uma pesquisa de identificação de espécies, bem como capacitação dos moradores em meliponicultura, montagem de meliponários, plantio de mudas em áreas degradadas, realização de dias de campo e seminários e publicação de uma cartilha com os resultados da pesquisa.

O projeto ainda está em andamento, porém alguns resultados parciais já podem ser identificados como, por exemplo, a capacitação da comunidade em uma atividade conservacionista e produtiva, viabilização da infraestrutura para a atividade, conservação das abelhas da sub-bacia, melhoria do meio ambiente físico e seus serviços ambientais. Além disso, no campo das políticas públicas deu-se início a articulações para criação de lei municipal para proteção das abelhas.

O Instituto participa de diversos conselhos e colegiados públicos e toma iniciativas de diálogos políticos sobre o destravamento da formalização do extrativismo e auxilia as comunidades no acesso a políticas públicas como o PAA, Programa de Aquisição de Alimentos, e o PNAE – Programa Nacional de

Alimentação Escolar. Portanto, percebe-se que além do incentivo às práticas sustentáveis de produção e de geração de renda, faz parte do projeto a iniciativa de fortalecer a associação institucionalmente.

Como um projeto desenvolvido para oferecer melhoria da qualidade de vida dos moradores da região, tem como um dos objetivos fundamentais colaborar no processo de geração e incremento da renda, por meio de atividades alternativas, como a meliponicultura. No entanto, algumas dificuldades de diferentes naturezas esbarram nesta condição, e estão sendo identificadas, como comprova o depoimento do entrevistado que é assessor técnico do ISPN:

“São os diversos entraves que impedem a formalização da atividade extrativista como: incompatibilidade das exigências da vigilância comunitária para pequenas agroindústrias comunitárias, a falta de financiamentos específicos, a alta taxa de impostos, a dificuldade de venda de produtos extrativistas para o mercado institucional, a falta de assistência técnica, a baixa capacidade institucional das organizações comunitárias, a falta de infraestrutura pública para o escoamento da produção, o êxodo rural dos jovens, etc.” (Entrevistado 2).

Portanto, percebe-se que apesar dos esforços despendidos tanto pela ASSUSBAC como pelo ISPN, alguns entraves concernentes tanto à estrutura interna das comunidades e da associação assim como algumas barreiras externas, como a dificuldade de escoamento da produção para o mercado externo, as rígidas normas da vigilância sanitária, ou seja, barreiras estas que demandam mais tempo de experiência na atividade para serem superadas completamente.

Quanto ao investimento financeiro, o montante de recurso disponibilizado foi de R\$ 79.205,29. A forma de acompanhamento da gestão dos recursos e das ações realizadas é feita através de contatos por telefone e virtualmente, por meio de correio eletrônico com os coordenadores do projeto e

membros da associação. Há também visitas às comunidades para um monitoramento mais efetivo, porém a ASSUSBAC tem autonomia para tomar as decisões relativas à execução do projeto, conforme a sua dinâmica própria.

4.4.2.2 Articulação Popular São Francisco Vivo

Essa entidade nasceu nos anos 80 com o nome de “*Articulação Prá Barca Andar*”. Ela era composta por militantes, educadores sociais e artistas que lutavam pela causa das populações ribeirinhas que viviam em condições de desigualdade social. A entidade ficou parada, sem atividades por um tempo, mas voltou como um projeto da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 2005, cuja proposta era lutar contra os grandes projetos no rio São Francisco e seus impactos sociais e ambientais.

Diante deste cenário, a Misereor que já atuava junto à CPT sugeriu a construção de um projeto de articulação que congregasse estes e outros esforços que lutavam contra as causas da degradação do rio. Nesse momento a Comissão Pastoral dos Pescadores, CPP, também se agregou ao movimento. Em 2005 nasceu, então, a Articulação Popular São Francisco Vivo, engajada nas lutas pelo rio e sua cultura.

Importante ressaltar que a Articulação não se envolveu com captação de recursos que provinham de órgãos públicos. Possui como característica fundamental a reunião de várias forças da comunidade ribeirinha são franciscana que se unem pela vida do rio e permite, como condição de operação, não acessar recursos do governo, de forma que o movimento se caracteriza por ser uma luta popular e autônoma.

Na sub-bacia do rio dos Cochos a entidade trabalha com a divulgação do programa de revitalização, o PRRC, para outras micro bacias da região que sofrem com o mesmo problema de morte de rios, córregos e nascentes.

O relacionamento da Articulação com a ASSUSBAC teve início no ano de 2005, quando aconteceu uma visita ao rio dos Cochos, em virtude de um mutirão que envolveu mais ou menos trezentas entidades que trabalham em prol da bacia do rio São Francisco. Esta ação constituiu-se como uma forma de divulgação, pois foram feitas visitas organizadas pela Articulação de várias comunidades da região. Essas visitas envolveram lideranças de povos tradicionais como quilombolas, indígenas e os movimentos sociais, como o Movimento dos Sem Terra, MST, o Movimento dos Atingidos Pelas Barragens, MAB, Movimento dos Pescadores, Movimentos da Via Campesina e também ONGs.

Estes líderes ficam conhecendo a realidade da região e trocam informações com os agricultores, procurando aprender com uma experiência que já está consolidada, portanto já é possível identificar o que deu certo e o que não é viável, nesse sentido avança-se nos programas de revitalização com mais rapidez, fortalece-se as iniciativas da região de origem e apropria-se de atividades já consolidadas com sucesso. A Articulação serve, portanto, como um canal que faz a conexão entre diversas experiências de revitalização de rios em comunidades.

A ASSUSBAC, no caso, é beneficiada no sentido de estar ganhando mais visibilidade sociopolítica, melhoria da imagem da associação e por consequência valoriza-se a autoestima da população e dos membros da associação como um todo.

De acordo com um entrevistado, que é funcionário da CPT, que por sua vez trabalha com grande proximidade da Articulação, existe a ideia de levar a experiência do rio dos Cochos para o rio Mucambo, que é um afluente do rio Salitre e também para o rio Caririnha. Ambos também sofrem com problemas de degradação e desaguam no rio São Francisco e nascem, respectivamente, na Bahia e em Minas Gerais.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pela Articulação para dar continuidade às lutas pelo rio São Francisco e seus afluentes, como no caso do rio dos Cochos, apontadas pelo entrevistado, é a falta de pessoal, recursos humanos para se envolver com as ações, uma vez que existem muitos trabalhos a serem feitos e poucas pessoas para colaborar, o que dificulta o processo de consolidação de parcerias, de contatos e de captação de recursos financeiros.

4.4.2.3 Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA

O CAA é uma ONG sediada em Montes Claros que trabalha desde 1985 com as populações rurais, oferecendo apoio às comunidades para a geração de renda através da produção de práticas agroecológicas e sustentáveis. A missão da entidade é “colaborar, enredado nas organizações de agricultores, agricultoras, comunidades tradicionais e extrativistas dos sertões norte-mineiro, para o desenvolvimento de propostas de uma sociedade solidária, justa, sustentável e democrática, baseada nos princípios da agroecologia” (CAA, 2013). Os seus eixos de articulação estão alinhados com a defesa dos direitos humanos, povos tradicionais e a agroecologia.

A sua atuação com as comunidades da sub-bacia do rio dos Cochos começou em 2006 e teve duas entradas de aproximação. A primeira delas diz respeito ao projeto de construção de barraginhas, que foi executado pelo CAA. Este projeto foi financiado pela Fundação Banco do Brasil e foram construídas 500 barraginhas ao longo do rio. A barraginha é uma estrutura que funciona como uma bacia que serve para contenção de água da chuva (enxurradas).

Na bacia do rio dos Cochos essas estruturas armazenam água por meio da infiltração no solo e tem como propósito maior conservação ambiental, pois proporciona a recuperação de nascentes, controle das voçorocas e aumenta o

abastecimento do lençol freático, porém pode servir também para fins de produção (EMBRAPA, 2013).

Juntamente com a construção das barraginhas aconteceram os seminários de avaliação, que serviram de instrumento para avaliar e compreender como estava se dando o processo de convivência com as barraginhas, como aconteceriam as manutenções das mesmas e como estava sendo o retorno para as comunidades. Afinal, para a barraginha começar a dar resultado para os usuários das comunidades, de fato, leva-se em torno de dois ou três anos.

Vários seminários bem como eventos de formação política e mobilizações sociais foram realizados e os benefícios, de acordo com as comunidades foram muitos. A citar, as barraginhas colaboraram para o fortalecimento do leito do rio, o processo de protagonismo dos agricultores também foi fortalecido, pois neste caso observa-se claramente a importância de um capital social bem consolidado para fazer o projeto funcionar com eficácia. Representa, pois, mais um projeto que chega para agregar mais força à capacidade organizativa dos integrantes da associação. Em síntese, a construção de barraginhas não envolve uma quantidade enorme de investimento financeiro, mas traz resultados bastante significativos.

Geralmente, o custo de cada barraginha está diretamente relacionado com o tempo de utilização de uma retroescavadeira. O tempo mínimo de construção de uma barraginha é de uma hora e o máximo pode chegar a duas horas e meia. De acordo com o CAA, que foi a organização gestora desse programa, cada barraginha implantada na região da sub-bacia do rio dos Cochos custou, em média, R\$ 236,80.

Foram construídas cerca de 500 barraginhas, com investimento total feito pela Fundação Banco do Brasil, no valor aproximado de R\$ 130.240,00 e gestão financeira feita pelo CAA.

A segunda aproximação do CAA com a ASSUSBAC foi através de atividades com extrativismo do pequi. Nesta aproximação o CAA trabalhou em parceria com a CGS (Cooperativa Grande Sertão), que disponibilizou um técnico para executar e orientar atividades com extrativismo do pequi, junto às comunidades, no período de safra.

Um ponto a se destacar neste projeto e que favoreceu sua implementação nas comunidades é que o presidente da ASSUSBAC é também favorável a atividades extrativistas, o que facilita a execução do projeto, pelo fato de os interesses da associação e de quem está envolvido com a atividade serem os mesmos.

Vale ressaltar que a parceria do CAA com a ASSUSBAC se dá de forma indireta, pois institucionalmente o que existe é a parceria do CAA com a Cáritas de Januária e não com a ASSUSBAC, porém a proposta da parceria é voltada para beneficiar as comunidades para as quais a associação trabalha.

4.4.2.4 Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA

A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) é uma rede que surgiu em 1999, formada por aproximadamente mil organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida do Brasil. Seu objetivo é fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciados em valores culturais e de justiça social (ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO - ASA, 2013).

O “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido” é uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social, MDS, e a ASA, e foi desenvolvido a partir do pressuposto de que a água não é

um bem de consumo e sim um direito humano básico e, ao mesmo tempo, alimento necessário à vida e insumo para a produção de outros alimentos.

Esse programa abriga tecnologias sociais populares de captação e armazenamento de água para o consumo humano e para a produção de alimentos. Além disso, fortalece outras iniciativas de convivência com o Semiárido, como a construção do conhecimento agroecológico; as cooperativas de crédito voltadas para a agricultura familiar e camponesa; os bancos ou casas de sementes nativas, ou crioulas; os fundos rotativos solidários; a criação animal; a educação contextualizada e o combate à desertificação (ASA, 2013).

A ASA surgiu a partir de uma demanda de desconstrução do imaginário brasileiro a respeito do semiárido. A mídia é grande responsável por divulgar imagens dessa região, cuja ênfase recaía apenas sobre a grave consequência das secas. A ASA, enquanto entidade que congrega diversas entidades da sociedade civil (associações, ONGs), pode ser concebida, de acordo com a entrevistada, funcionária da ASA, como uma rede ou, ainda, como uma “rede de redes” nas palavras dela.

A Articulação trabalha para que as famílias do semiárido brasileiro tenham acesso a melhores condições de vida nesta região que passou tanto tempo despercebida pelas políticas públicas. Hoje a principal reivindicação da entidade é por uma política adequada ao semiárido e não por políticas que mantenham as famílias na dependência do governo, como os caminhões pipa e distribuição de cestas básicas.

A entidade luta para que o território semiárido tenha uma convivência sustentável e harmoniosa com os períodos de seca e, para isso, o *Programa de Convivência com o Semiárido*, executado pela ASA, seja financiado por meio de três linhas de ação: a) captação de recursos a fundos perdidos, a serem gerenciados pelas Organizações da Sociedade Civil; b) a reorientação das linhas de crédito e incentivo já existentes, de modo a compatibilizá-las com o conjunto

dessas propostas, e; c) uma linha de crédito especial, a ser operacionalizada através do FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

A entrada da ASA na sub-bacia do rio dos Cochos se deu de maneira semelhante com as organizações já discutidas até agora, através da Cáritas, enquanto canal de intermediação entre a associação e a Articulação. Importante lembrar que antes mesmo da constituição da ASSUSBAC os representantes da mesma já estavam inseridos nas atividades da ASA, através de suas participações na Comissão Municipal da ASA, um critério fundamental que a instituição impõe para quem vai ser beneficiado pelos programas, como forma de estimular a participação da sociedade nos fóruns públicos.

A Articulação está representada nos diversos municípios em que atua, pelas comissões municipais. É através dessa comissão, constituída por atores de diversas entidades da sociedade civil, que os problemas das comunidades são debatidos, enfim, que a realidade de cada município é conhecida em um espectro tão grande de operação da ASA. A aproximação da ASA nas comunidades se dá por meio de uma metodologia que exige a formação de comissões municipais que representem a sociedade civil e a ASSUSBAC contribuindo, portanto, para as discussões que ocorrem na comissão municipal de Januária.

Neste sentido a facilidade de aproximação da ASSUSBAC com a instituição foi também pelo fato de que parte dos integrantes da comissão já participava das dinâmicas de formação da ASA, dos encontros estaduais e territoriais, o que viabilizou a parceria e facilitou os contatos com os integrantes da associação, até mesmo antes de ela ser consolidada institucionalmente como associação.

O P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas) é um dos eixos de ação que faz parte do “Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o SemiÁrido”. O objetivo deste programa é beneficiar cerca de cinco milhões de pessoas em toda região semiárida do país, disponibilizando

água potável para beber e cozinhar, através da construção de cisternas de placas (ASA, 2013).

A cisterna é uma tecnologia simples, de baixo custo e adaptável a qualquer região. A água é captada das chuvas, através de calhas instaladas nos telhados das casas. De formato cilíndrico, coberta e semienterrada, o reservatório tem capacidade para armazenar até 16 mil litros de água, quantidade considerada suficiente para uma família de cinco pessoas consumir e cozinhar por um período de 6 a 8 meses – época da estiagem na região. O programa é destinado às famílias com renda até meio salário mínimo por membro da família, incluídas no Cadastro Único do governo federal e que contenham o Número de Identificação Social (NIS). Além disso, é preciso residir permanentemente na área rural e não ter acesso ao sistema público de abastecimento de água. (ASA, 2013).

O perfil de financiamento do governo para os programas e projetos da ASA é de acordo com o perfil de cada família. Para que a família receba os benefícios ela precisa estar inserida no sistema de Cadastro Único que é um instrumento de coleta de dados e informações, utilizado pelo governo federal, que tem por objetivo retratar a situação socioeconômica de todos os municípios brasileiros, por meio do mapeamento e identificação das famílias de baixa renda, bem como conhecer suas principais necessidades e subsidiar a formulação e a implantação de serviços sociais que as atendam, tal como o Bolsa Família (Caixa Econômica, 2013).

Na sub-bacia do rio dos Cochos, a maioria das famílias se encaixa ao que é conhecido popularmente como “perfil 70”, ou seja, cada família que tiver renda máxima mensal *per capita* até R\$70,00 estará qualificada a fazer parte dos projetos da ASA.

Para que a ASA possa receber os recursos financeiros do MDS, foi necessária a criação de uma associação, denominada Associação do Programa de

Formação e Mobilização para Convivência com o SemiÁrido: Um Milhão de Cisternas Rurais – APIMC, pois essa poderia responder juridicamente pelo repasse de verba, e a ASA como é um fórum, uma rede de organizações não poderia responder por esse dinheiro. Assim, esta associação repassa o dinheiro para as unidades gestoras que são responsáveis pela execução do programa, no caso da sub-bacia do rio dos Cochos, a unidade gestora é a Cáritas de Januária. A unidade gestora faz a prestação de contas junto à associação, que por sua vez presta contas ao MDS.

As unidades gestoras são responsáveis pela coordenação do programa e pela eleição das unidades executoras municipais. Na sub-bacia do rio dos Cochos, a unidade executora responsável é a ASSUSBAC.

A unidade executora municipal possui um papel de grande relevância dentro do programa, pois, além de ser responsável por sua implementação, também acompanha a unidade gestora na seleção das famílias que serão beneficiadas. Isso contribui para aumentar a confiabilidade no processo, uma vez que são entidades formadas por pessoas do próprio município, conhecedoras da realidade local.

Em troca do recebimento de uma cisterna rural nas propriedades, as famílias devem dar uma contrapartida, ou seja, neste caso, elas devem ceder um local, dentro da casa, para que o pedreiro possa dormir. Além disso, a família deve fornecer alimentação aos trabalhadores. Os serventes de pedreiro podem e/ou devem ser membros das próprias famílias.

Essa contribuição das famílias é importante, mesmo que financeiramente seja pouco expressiva, no entanto ela proporciona que as famílias participem sendo parte integrante do processo de construção de uma cisterna, de forma que as famílias se sintam valorizadas, pois ajudaram a construir um bem.

4.4.2.5 Delineamento do perfil das ONGs parceiras da ASSUSBAC

Para finalizar esta sessão, a Tabela 1 ilustra uma síntese do perfil das ONGs e outras organizações da sociedade civil que compõem o rol de apoio à associação dos moradores da sub-bacia do rio dos Cochos.

Quadro 1 Perfil das ONGs e outras organizações parceiras da ASSUSBAC

Nome da ONG ou Organização que apoia a ASSUSBAC	Síntese do perfil
Cáritas Diocesana de Januária	Entidade que atua há 15 anos em diversos municípios na região de Januária. Ela faz parte da Cáritas Brasileira, que por sua vez compõe uma das 164 organizações-membro da Rede Cáritas Internacional presentes no mundo. É uma instituição criada pela Igreja Católica, que tem como princípio de atuação a luta pela superação da pobreza e construção da cidadania. Na região de Januária, a Cáritas atua com questões que envolvem o papel da mulher nas comunidades, a produção do próprio alimento, a soberania alimentar, os sistemas agroecológicos e a convivência com o semiárido mineiro. Tem grande parte do seu trabalho realizado por voluntários, porém conta com um grupo de pessoas fixas que trabalham na sua administração. Seus recursos provêm de doações e do apoio de diversos parceiros, desde ONGs de cooperação internacional até o governo federal.
Misereor	É uma organização dos bispos católicos da Alemanha que atua a 50 anos combatendo a pobreza na América Latina, África e Ásia. Seus recursos provêm de doações da Igreja Católica e do governo federal alemão. Ela financiou por três vezes o projeto de recuperação do rio dos Cochos em um período de 13 anos. Atualmente está retirando o seu apoio ao Brasil, por acreditar que outros países estão em situação mais emergencial de auxílio, tal como na África e Ásia.

“continua”

Quadro 1 “conclusão”

Nome da ONG ou Organização que apoia a ASSUSBAC	Síntese do perfil
ISPN	É um centro de pesquisa e documentação sem fins lucrativos que luta pelo desenvolvimento sustentável e pelo equilíbrio socioambiental, nos biomas Cerrado e Caatinga. Está sediado em Brasília e financia projetos através de editais, para diversas organizações e a ASSUSBAC foi uma delas.
Articulação Popular do São Francisco	É uma articulação que envolve mais de 100 entidades, organizações sociais e pastorais da Bacia do rio São Francisco cujo objetivo é lutar pela revitalização do rio e de seus afluentes. Essa Articulação colaborou com a ASSUSBAC ao promover a divulgação de sua experiência do processo de revitalização para outras regiões do semiárido.
CAA - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas	Esta ONG está sediada em Montes Claros-MG e está envolvida com a agroecologia e com a defesa de povos tradicionais, como estratégia para o desenvolvimento face aos grandes projetos de concentração de terra no país. A sua atuação está limitada a alguns municípios do norte de Minas e contribuiu para fortalecer institucionalmente a ASSUSBAC e para intermediar as construções de barraginhas.
ASA - Articulação no Semiárido Brasileiro	É uma rede de mais de 700 entidades presentes em nove estados do semiárido (AL, BA, CE, PE, PB, PI, SE, RN e MG) que atua na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. Ela trabalha em duas frentes de ação: o PIMC (construção de cisternas) e o P1+2 (uma terra, duas águas).

4.4.3 Órgãos governamentais

A intervenção governamental no semiárido com a proposta de enfrentar a seca data desde o período colonial quando as primeiras ações mobilizadas para tal fim foram a doação de alimentos, objetivando combater a fome. As primeiras

políticas públicas diziam respeito à implementação de poços tubulares pelo Ministério Imperial e tiveram início em 1833 (SILVA, 2006).

Já no século XX, ocorreu a implementação do IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas, em 1909, que visava a construção de obras de infraestrutura com a finalidade de enfrentar os problemas de seca. Mais tarde esse órgão passou a ser denominado de IFOCS - Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, ao qual foi conferido maior transferência de recursos. Já em 1945 o órgão passou a ser denominado como DNOCS, cujo objetivo era modernizar as ações e gerenciamento dos açudes públicos, porém mantendo-se com o foco em construção de obras de infraestrutura hidráulica, desvinculado das questões sociais relativas ao problema de acesso à água (SILVA, 2006).

Depois da segunda metade do século XX, outros órgãos públicos foram criados, como a SUDENE, em 1959, que apresentou uma contribuição ao desenvolvimento social regional, focalizando suas ações em programas de reforma agrária, de irrigação, colonização dirigida e industrialização. Após o regime militar, este órgão se distanciou dos seus propósitos iniciais, dando mais ênfase para a industrialização associada ao capital do centro-sul, sem explorar as potencialidades da região nordeste. A SUDENE foi extinta em 2001, mas ela voltou a ser ativada em 2007, buscando um planejamento de desenvolvimento socioeconômico juntamente com as políticas públicas.

Apesar do esforço de vários órgãos públicos para enfrentar problemas de abastecimento de água no semiárido brasileiro, muitas populações ainda continuam sem acesso efetivo à água, prejudicando a sua qualidade de vida, principalmente os agricultores familiares.

As ações desenvolvidas na sub-bacia do rio dos Cochos, em Januária, que envolvem os órgãos pertencentes ao Estado, tanto na dimensão federal, estadual ou municipal (universidades federais, EMATER-MG, IEF-MG e Ministério Público-MG) estão descritas nesta sessão.

Ressalta-se que algumas ações foram feitas a partir de iniciativas particulares de pessoas que trabalhavam no órgão e que, por questão pessoal e de solidariedade, estavam dispostas a colaborar com as comunidades no processo de revitalização do rio dos Cochos. Outra observação é que, por se tratar de setor público, não foi possível identificar valores financeiros do investimento de alguns órgãos.

4.4.3.1 Universidades - UFMG/ICA e UFLA: Identificação e sistematização dos projetos desenvolvidos na região

A aproximação do meio acadêmico com a região do Alto/Médio São Francisco, especificamente com mais consistência na sub-bacia do rio dos Cochos, teve início em 2002, a partir de uma demanda de coleta de dados na região para dar subsídio à tese da professora Flávia Galizoni, que atualmente é docente do ICA – UFMG. A coleta de dados estava relacionada com o tema gestão de águas da região.

Com o apoio da Cáritas, a pesquisadora realizou um estudo sobre o manejo da água pelas comunidades residentes na região. Como retorno prático para as comunidades, foi gerado um seminário intitulado “Gestão comunitária das águas”, em 2004, que gerou grande discussão e reflexão a respeito do tema recursos hídricos, pelas comunidades da sub-bacia. A partir deste momento começou-se a consolidar uma aliança entre as comunidades, especialmente os líderes da ASSUSBAC com o NPPJ – Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers, até então o grupo de pesquisa estava radicado na UFLA (atualmente atua na UFMG, *Campus* de Montes Claros).

A partir de 2007 o Núcleo passou a ter ações mais coordenadas com as comunidades e passou a elaborar, em parceria com a Cáritas de Januária e a ASSUSBAC, projetos em diversas perspectivas, tanto no eixo de pesquisas científicas como no eixo da extensão rural, em diversos campos, como:

produção agrícola sustentável, comercialização de produtos do cerrado, conservação ambiental, entre outros. Todos estes projetos têm como objetivo comum colaborar com as comunidades no processo de impulsão do desenvolvimento territorial e da melhoria da qualidade de vida da população residente na sub-bacia do rio dos Cochos.

A universidade é uma instituição que executa um papel notável, principalmente quando trabalha em parceria com outras agências (governamentais ou não), quando se trata de fornecer suporte para regiões onde já existe uma base organizativa bem formada, como é o caso da ASSUSBAC nesta sub-bacia.

Em 2010 foi lançado o livro “História dos Gerais”, organizado pelo professor Eduardo Magalhães Ribeiro, atualmente docente da UFMG. O livro foi fruto de três anos de pesquisas que investigaram a forma de utilização dos recursos naturais, os sistemas produtivos agroextrativistas, os canais de comercialização da produção e as relações entre água, produção e população (RIBEIRO, 2010). Os projetos relacionados estão descritos abaixo.

Para entender melhor o papel da universidade no cenário econômico e socioambiental da sub-bacia do rio dos Cochos, será descrito e analisado abaixo os projetos desempenhados por essas duas instituições de ensino superior da esfera federal.

4.4.3.1.1 “Agroextrativismo, Gestão de Recursos Comuns e Comercialização na Sub-bacia do Rio dos Cochos” - UFLA

Este projeto, desenvolvido entre 2007 e 2009, foi realizado através de uma parceria entre as instituições de ensino: UFLA, UFMG, UFU e EAF com a Cáritas de Januária. Teve como objetivo pesquisas sobre o manejo agroextrativista das áreas de campos e o destino dado aos produtos coletados na sub-bacia do rio dos Cochos. Neste projeto estiveram envolvidos oito alunos da

graduação e três de mestrado, resultando em treze relatórios de conclusão de curso, entre monografias e dissertações.

O auxílio financeiro para a realização deste projeto foi proporcionado pelo CNPq, no valor de R\$ 127.399,63.

4.4.3.1.2 “Manejo Comunitário das Águas e Programas Públicos” – UFLA

Este projeto foi realizado entre 2007 e 2009, coordenado pelo professor Ricardo Reis, docente da UFLA, através do NPPJ, a partir do lançamento de um edital do CNPq denominado “Programa de revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco”. O projeto foi elaborado a partir de uma articulação entre a UFLA, UFMG, UFU e CEFET / Inconfidentes por um lado e a Cáritas de Januária de outro.

O projeto teve como objetivo central pesquisar a situação das águas em oito comunidades rurais de agricultores familiares ao longo do rio dos Cochos, a partir da investigação dos manejos comunitários das águas, das práticas tradicionais de conservação das fontes, a relação entre disponibilidade de água, produção agrícola familiar e alternativas na escassez.

Além disso, foram pesquisados os programas públicos de abastecimento existentes na região, avaliando sua efetividade e contribuição para resolver problemas de escassez de água e conservação de recursos hídricos.

Os resultados deste projeto refletem, de maneira geral, que as obras de infraestrutura para acesso à água, mobilizadas pelas agências governamentais, em parcerias com agências de outras naturezas, são primordiais para o convívio com a seca no semiárido. Além disso, em termos de gestão e relacionamento entre as diversas entidades que atuam na região, percebeu-se a importância da construção de alianças institucionais para edificar soluções para os problemas de abastecimento de água. Independentemente das técnicas, metodologias e aporte

de recursos, todos os tipos de parcerias são bem recebidos, quando todas as entidades trabalham de maneiras diferentes, mas com um objetivo comum (ARAÚJO, 2007).

O projeto contou com o auxílio financeiro do CNPq e o valor contratado foi de R\$ 217.945,41.

4.4.3.1.3 “Desenvolvimento de Tecnologias para Uso Sustentável de Frutíferas Nativas do Cerrado na Sub-bacia do Rio dos Cochós” – UFMG / ICA

Este projeto, coordenado pelo professor Paulo Sérgio Lopes, coordenador do grupo de pesquisa GEFEM – Grupo de Estudo em Frutíferas Exóticas e Nativas, da UFMG, foi também desenvolvido entre 2007 e 2009 e concomitantemente e em caráter de parceria e complementar ao projeto acima referido. O objetivo central foi desenvolver estudos nas áreas de propagação de plantas, formação de pomares experimentais, de diversidade genética e de produtos de frutos processados para a domesticação do pequizeiro, cajuzinho do campo e coquinho azedo, frutos peculiares do Cerrado.

A importância deste estudo se justifica pelo fato de que essas espécies citadas, típicas do cerrado, desempenham um papel socioeconômico importante junto às comunidades no entorno do rio dos Cochós. Uma vez que são exploradas através do extrativismo, se tornam necessários estudos técnicos de forma a orientar os moradores da sub-bacia quanto à exploração mais racional, de forma a garantir a geração de renda e emprego e diminuir a pressão antrópica sobre as áreas de veredas, matas ciliares e vazantes.

O projeto, realizado também em parceria com a Cáritas e lideranças das comunidades, através da ASSUSBAC, teve resultados muito positivos, uma vez que algumas das ações realizadas foram a capacitação da população local em termos de auxílio à criação de tecnologias adaptadas para o processamento do

pequi, através da produção da castanha do pequi desidratada, da polpa do pequi e outros produtos da agroindústria, como a fabricação de doces (doce de buriti). Ou seja, em linhas gerais a capacitação dos moradores ajudou a criar um “*know-how*” para os moradores que pode futuramente ser repassado para as próximas gerações.

No entanto, algumas dificuldades foram apontadas pelo professor entrevistado, durante os três anos de execução de ambos os projetos. Uma delas reside na já citada dificuldade em dar continuidade às ações por falta de articulação entre os moradores da sub-bacia, pelo fato de alguns deles resistirem à participação nas reuniões e eventos, por não estarem engajados no mesmo objetivo comum de melhoria da qualidade de vida.

Foram encontrados, também, problemas de resistência de alguns moradores da comunidade de não participarem das atividades desenvolvidas; sempre são as mesmas pessoas identificadas para participarem, pelo fato de alguns moradores estarem acostumados com a tradição de esperar dos líderes da associação, dos próprios acadêmicos ou de outras autoridades, soluções para os seus conflitos sem estar envolvidos diretamente com a elucidação dos mesmos.

De acordo com o professor entrevistado, é uma questão que passa pela universidade e pela ASSUSBAC, como a fala dele comprova abaixo:

“O problema maior é a gestão e articulação... as limitações são várias, desde conseguir juntar o pessoal, de articular, isso é muito complicado (...) nem a ASSUSBAC conseguia isso também... então eles ficaram restritos ao pequi, apesar de uma das nossas propostas ser diversificar a agroindústria... apesar de todas as limitações, precariedades da construção, eles tinham condições de trabalhar o ano inteiro, pois tinha fruta o ano todo... a dificuldade de conscientizar sobre determinado produto passa pela questão de gestão, de convencimento, de recurso financeiro... pois eles querem e precisam de um retorno financeiro a curto prazo, não podem esperar muito não.” (...) (Entrevistado 3)

No entanto, apesar dessas limitações, outros resultados tiveram retornos construtivos. Na parte ambiental foram realizados cercamentos das nascentes, o aprendizado sobre a manutenção das barraginhas, o convencimento e a conscientização a respeito da necessidade da preservação, etc.

Em termos sociais foi detectado o encorajamento a respeito de consolidar alianças com outras entidades e o poder público, ganho de mais entendimentos sobre o funcionamento de um projeto no que diz respeito à captação de recursos, de poder de barganha que eles têm neste processo e o reconhecimento sociopolítico e institucional da ASSUSBAC, por parte das comunidades e de outras organizações, enquanto uma entidade que trabalhou muito em prol do meio ambiente. A fala abaixo do professor Paulo Sérgio Lopes reconhece este esforço:

“Os resultados são muito lentos, mas eu tenho certeza que depois dessas intervenções, algumas pessoas que ainda não tinham se convencido comecem a se convencer mais sobre a necessidade de conservação.” (Entrevistado 3)

Outras propostas do projeto consistiram em levar os agricultores para fazerem visitas a outras regiões que passam por problemas de ordem social e/ou ambiental, similares aos conflitos do rio dos Cochos. Sem entrar em detalhes, algumas destas visitas foram feitas a São João das Missões, para conhecer a situação da reserva dos índios Xacriabás¹⁰. Foi feita uma visita também ao município de Chapada Gaúcha, de forma que foi possível confrontar as experiências de organização e enfrentamento de problemas ambientais das duas associações, a ASSUSBAC e a associação do município de Chapada Gaúcha.

¹⁰ Os índios Xacriabás tiveram seu território ocupado por fazendeiros e hoje lutam para ampliar suas terras demarcadas e recuperar parte dele. Também estão vivendo um processo de valorização cultural, buscando identificar e registrar itens e aspectos de sua cultura de modo a proteger esse patrimônio.
(Fonte: pib.socioambiental.org/pt)

Outro desdobramento importante deste projeto foi o fomento à discussão na área de políticas públicas. O projeto incentivou a participação da ASSUSBAC no Conselho Diretor Pró-Pequi, que tem como papel fundamental colaborar para a diversificação dos produtos da cadeia do agroextrativismo.

Entre as ações previstas para o Conselho está a criação do selo de qualidade, o desenvolvimento de pesquisas para a produção de mudas com o objetivo de recuperar áreas degradadas e o aperfeiçoamento técnico dos trabalhadores envolvidos na extração do pequi e de outras frutas do cerrado, na agricultura familiar.

Além da realização dessas ações, a universidade também forneceu apoio nas atividades de sensibilização que chamam a atenção para o rio dos Cochos, como a cavalgada ecológica (realizada anualmente na região), a semana da água com a ministração de cursos e oficinas (oferecido pelos alunos e professores), entre outros eventos.

Este projeto também obteve auxílio financeiro do CNPq, aprovado no edital “Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco”. O investimento do projeto foi de R\$ 255.720,01.

4.4.3.1.4 “Comunidades Rurais, Água e Agroecologia no Rio dos Cochos, Semiárido mineiro” – UFMG / ICA (ICA-Instituto de Ciências Agrárias, Montes Claros)

O projeto coordenado pelo NPPJ teve início em 2009 e foi finalizado em 2011. Teve como objetivo principal pesquisar a situação das águas em seis comunidades no entorno do rio dos Cochos. Foi pesquisada a forma de manejo comunitário dos recursos hídricos, através de investigação das práticas tradicionais de conservação das fontes de água, além de investigar a relação entre a disponibilidade de água e as formas de produção de alimentos para o consumo familiar.

O projeto teve como objetivo também fortalecer as alianças institucionais entre a ASSUSBAC e agências de desenvolvimento e extensão rural da região, para potencialização das metodologias de acompanhamento das atividades agroecológicas e uso das águas.

Durante a execução deste projeto estiveram envolvidos doze integrantes do meio acadêmico, entre professores e alunos integrantes do NPPJ e foram gerados a partir dos resultados encontrados, cinco relatórios, sendo uma dissertação de mestrado e quatro monografias.

O investimento financeiro para este projeto foi de R\$ 48.966,00 e o auxílio foi concedido pela agência de fomento à pesquisa, CNPq.

4.4.3.1.5 “Produção, Comercialização e Extensão Rural na Reconversão Agroextrativista da Agricultura Familiar da Região dos Campos Gerais do Alto - Médio São Francisco” – UFLA

Este projeto também foi desenvolvido entre 2009 e 2011 e teve por objetivo pesquisar as alternativas de produção, comercialização e extensão rural, adequados para fazer a reconversão agroecológica da agricultura familiar da região. Assim como os outros projetos, a metodologia compreende uma abordagem multidisciplinar, focada nas famílias e nas comunidades rurais, levando em conta uma parceria com as organizações rurais da região, tal como a ASSUSBAC.

Este projeto originou cinco relatórios, sendo três monografias de graduação, uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado. Financiado pelo CNPq com valor do investimento da ordem de R\$ 44.578,17.

4.4.3.1.6 “Extensão Rural e Produção Conservacionista com a Agricultura Familiar dos Gerais do Rio dos Cochos, no Alto-Médio São Francisco, Norte de Minas Gerais” - UFMG / ICA

Este projeto, iniciado em 2013, que ainda está em andamento, tem como objetivo a atuação do núcleo NPPJ para colaborar com o fortalecimento das iniciativas de construção de experiências que visam resgatar a produção sustentável no entorno do rio dos Cochos, tendo como base os preceitos agroecológicos que prezam pela conservação dos recursos naturais da região, combinados com uma produção agrícola sustentável.

Como forma de execução do projeto estão sendo feitas visitas a agricultores das comunidades, indicados por lideranças da ASSUSBAC. Estes fornecem informações sobre os sistemas de produção adotados em suas unidades familiares, ou seja, são aplicados questionários semiestruturados, contendo questões abertas, que buscam fazer uma caracterização da forma de produção e subsistência de cada família e são investigadas maneiras de como podem ser explorados os potenciais de utilização dos recursos naturais das propriedades. Um exemplo prático é a planta típica do cerrado, a fava d’anta ou também conhecida como favela, que pode ser encontrada em vários quintais das propriedades das comunidades da sub-bacia e ser potencialmente aproveitada para incremento da renda das famílias.

O projeto ainda conta com a realização de oficinas, conduzidas pelos agricultores e agricultoras, moradores da região, que trabalham temas como etnopedologia, associativismo, convivência com o semiárido, gestão de programas de conservação ambiental, cadeia produtiva do pequi, técnicas de produção, cooperativismo e comercialização da agricultura familiar.

O projeto está recebendo auxílio financeiro da FAPEMIG, no valor de R\$ 32.430,65.

4.4.3.1.7 “Produção e Conservação de Recursos Naturais na Agricultura Familiar dos Gerais do Rio dos Cochos, no Alto-Médio São Francisco, Norte de Minas Gerais.”- UFMG / ICA

Este projeto também foi aprovado em 2013 e está em andamento. Também coordenado pelo NPPJ, possui a mesma estratégia metodológica que o anterior e ambos foram implementados visando atingir os mesmos propósitos, porém com fontes de financiamento diferentes. O projeto em questão está sendo financiado pelo CNPq e o auxílio financeiro recebido é de R\$ 35.049,09.

4.4.3.1.8 Comentários gerais

Os sete projetos identificados que contemplam as comunidades rurais da sub-bacia do rio dos Cochos, que são abrangidas pela ASSUSBAC, totalizam um volume de investimento financeiro de R\$762.088,96.

Entende-se como resultados produzidos a partir das ações destas universidades na região de pesquisa, que a construção de eventos como oficinas, seminários, capacitações, discussões coletivas sobre os problemas da sub-bacia, ou seja, de maneira geral as intervenções de natureza tanto prática como teórica nas comunidades rurais do rio dos Cochos são fundamentais para subsidiar o processo de desenvolvimento do território.

Além disso, têm-se a enorme produção de relatórios como trabalhos de conclusão de curso, os TCCs, as dissertações de mestrado e teses de doutorado que contribuem significativamente para aumentar e disseminar informações entre todos os atores sociais envolvidos, de natureza econômica, social e ambiental, produzido dentro deste *locus* de produção de conhecimento que é a universidade.

Deve-se ressaltar que estes resultados só foram possíveis graças ao comprometimento das universidades em estabelecer uma parceria com as

comunidades de modo a não criar uma relação unilateral, na qual apenas uma das partes se beneficia. Todos os professores entrevistados destacaram a importância dos moradores das comunidades enquanto “mestres”, docentes, que ministraram verdadeiras aulas sobre a gestão dos recursos naturais dos *gerais* para os alunos e professores, ao passo que os mesmos aprendiam com os acadêmicos.

Portanto, consolidou-se uma relação de troca de experiências e compartilhamento muito rica. Ou seja, ao mesmo tempo em que a universidade coloca em prática os princípios da extensão rural, pesquisa e ensino, ela colabora com a construção do capital social nas comunidades e, em troca, estas fornecem conhecimentos únicos, exclusivos e técnicos, que muitas vezes não se encontram nos livros acadêmicos, conhecimentos estes que abrangem perspectivas sociais, culturais, econômicas e ambientais da região.

A partir de uma análise geral de todos os projetos desenvolvidos na região e dos que ainda estão em andamento é possível verificar que o relacionamento entre esses atores - universidades, comunidades rurais e organizações locais – em um contexto contemporâneo de mudanças tecnológicas rápidas, no qual, por questões mercantilistas, o conhecimento tradicional/popular não é valorizado, merece ser destacado que este relacionamento deveria ganhar cada vez mais espaço dentro das pesquisas universitárias.

Além disso, as agências de fomento à pesquisa deveriam também incentivar este tipo de parceria, a partir da abertura de um maior número de editais que contemplem projetos que tenham como base articulações entre as organizações locais, moradores da região estudada e as universidades, de forma a garantir a troca de fluxos de informações, recursos e a produção de saber que irão beneficiar e dinamizar o desenvolvimento territorial e, ao mesmo tempo, fortalecer e atualizar o conhecimento escolar.

4.4.3.2 EMATER-MG

Segundo relatos da funcionária da EMATER, escritório de Januária, o envolvimento da EMATER com a sub-bacia do rio dos Cochos começou a ser mais consistente a partir de 1997, quando a empresa foi convocada a participar de uma reunião que discutiria o planejamento e a implementação do “*Projeto de Manejo Integrado de Sub-bacias Hidrográficas, no Semiárido Mineiro*”, projeto este que contemplou 101 municípios das bacias dos rios Pardos, Jequitinhonha, Mucuri e São Francisco. Este projeto teve como objetivo o aumento da disponibilidade hídrica e a melhoria da qualidade da água para uso múltiplo das comunidades, através da perenização dos cursos d’água.

As ações deste projeto incluíram a construção de uma série de pequenos barramentos em cursos d’água, intermitentes ou não; a implantação/reposição de matas ciliares e de topo; a recuperação de áreas degradadas; a proteção de nascentes; a implantação de práticas vegetativas e/ou mecânicas de conservação do solo e da água; a implantação/adoção de práticas agropecuárias ambientalmente adequadas, e; principalmente, a participação consciente e ativa das comunidades envolvidas (CÁRITAS DIOCESANA DE JANUÁRIA, 2000).

Os recursos para a execução das obras e serviços foram provenientes do Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente) e do Governo Estadual. Entre os órgãos do governo estadual estavam envolvidos a SUDENOR, o DRH-MG (atual IGAM), COPASA, EMATER-MG, IEF, RURALMINAS e CETEC.

Para a EMATER estavam previstas as seguintes ações: mobilização comunitária, caracterização ambiental e assistência técnica aos produtores rurais.

Nesta reunião, que contou com a participação de representantes das comunidades locais e representantes de diversos órgãos que serão citados a seguir, havia a possibilidade de trabalhar com outra sub-bacia, a do Santana/Angical, no entanto, em virtude das condições ambientais e por se

encontrar à época em situação mais urgente, a sub-bacia do rio dos Cochós foi escolhida por ser considerada como uma sub-bacia piloto a ser beneficiada pelo projeto.

Nesta reunião seria definida, também, a Comissão/Comitê Municipal de gestão. Na época, a Comissão Gestora ficou formada então por três representantes do CODEMA, dois representantes das associações pertencentes à região do rio dos Cochós, um promotor público, um representante do grupo Educação Ambiental, um representante do IEF, um representante do IBAMA, um representante da polícia florestal, um representante da sub-bacia Angical/Santana e um representante da EMATER/MG.

No Comitê Gestor ficaram definidas as seguintes funções, atribuídas a cada órgão que iria participar do projeto:

- a) CODEMA: responsável por mobilizar os órgãos para constituir o comitê.
- b) SUDENOR: Coordenação geral
- c) DRH-MG (IGAM): Coordenação executiva
- d) IEF: Ações de recuperação vegetal (matas ciliares e de topo, recuperação de áreas degradáveis) e educação ambiental.
- e) COPASA-MG: Elaboração dos projetos executivos das pequenas barragens; licenciamento e controle ambiental; construção de pequenas barragens e monitoramento da qualidade de água.
- f) RURALMINAS: Implantação de medidas de conservação do solo e da água e realização de obras relativas à contenção das águas pluviais.

Na primeira reunião desta Comissão ficou definido que era necessário separar os trabalhos em câmara de atuação, ou seja, setorizar as ações para cada

órgão envolvido e atacar prioritariamente a Educação Ambiental, deixando claro que a prioridade era a proteção de nascentes.

De acordo com as atas analisadas, outras sugestões foram feitas, como a distribuição de mudas nas escolas, a vinda de um helicóptero para identificar e fotografar os pontos em questão, visitas *in loco*, reuniões com moradores, filmagens e manejo.

Além disso, foi salientado que seria importante que todos os órgãos atuassem em sintonia, com reuniões constantes para evitar a dispersão. Iniciava-se, neste momento, então, a reunião de informações e dados para a elaboração do diagnóstico social, econômico e ambiental da sub-bacia do rio dos Cochós.

A funcionária relatou que para colocar o plano em prática, a EMATER fez uso de procedimentos metodológicos que levavam em conta alguns preceitos, como: incorporar a visão dos produtores sobre o contexto no qual estavam inseridos; trazer o processo de tomada de decisão para eles; excluir o paternalismo e o assistencialismo; promover uma combinação democrática entre o conhecimento local e o formal e criar condições para que técnicos e lideranças assessorem os agricultores a determinar suas necessidades concretas e superar seus problemas, a iniciar um processo de organização ou reforça-la onde exista. Em síntese, a EMATER sugeria a implantação de um método que implicava em uma mudança de atitudes tradicionais, dominadoras, para um processo mais construtivista, de vertical para horizontal, de fechada para aberta, de individual para grupal, de verbal para o visual, ou seja, uma mudança que deixava de se preocupar unicamente com o mensurável e passava a se preocupar em oferecer mais possibilidades de comparação.

O processo de mobilização e envolvimento da EMATER com as comunidades rurais do rio dos Cochós durou em torno de dois anos e a forma de aproximação desta instituição foi através de capacitações, sensibilizações, oficinas, eventos e os projetos eram elaborados especificamente para cada

comunidade, sob o nome de “projeto conceitual”, que visava responder questões como: para quem o projeto era elaborado, para que, quando, através de que meios, etc. Por exemplo, para a comunidade São Bento foi elaborado o projeto de aquisição de vacas leiteiras, neste sentido era necessário que atendesse a todas essas perguntas, de forma a maximizar a eficiência da execução do projeto.

Entre as ações concretas desenvolvidas junto às comunidades, foi dada orientação técnica no processo de criação de um laticínio na comunidade Roda D'água, que atualmente comercializa leite e iogurte, que são distribuídos na zona rural e urbana de Januária. Além disso, a EMATER também auxiliou no processo de constituição do Entreposto de frutos do Cerrado, localizado na comunidade Sambaíba, cuja “atividade-chefe” atualmente é o processamento do pequi. Neste processamento, estão relacionadas atividades como a produção da castanha do pequi, do beneficiamento da polpa do pequi para produção de doces, entre outras atividades.

De acordo com a funcionária da EMATER entrevistada, a instituição atualmente desenvolve apenas ações que são inerentes à empresa, como a assistência técnica e a extensão rural, de acordo com o que a população solicita e de acordo com a verba disponível para tais ações. Porém, não existem perspectivas para a realização de projetos de grande magnitude como este. A EMATER-MG desempenhou, portanto, um papel considerável na sub-bacia, em função da elaboração do diagnóstico ambiental e da mobilização social dos agricultores. No entanto, chama atenção o fato de que é necessária uma atuação mais reforçada na região, de forma que visitas dos técnicos da empresa sejam feitas com maior frequência, de forma que a assistência técnica aos agricultores que participam dos programas e projetos instaurados na região é substancial para a eficácia e sucesso dos mesmos.

4.4.3.3 IEF- Instituto Estadual de Florestas – MG

O IEF começou sua atuação na sub-bacia do rio dos Cochos a partir de 2001. A exemplo da Cáritas, o IEF também tomou como base o diagnóstico elaborado pela EMATER para se ter uma noção geral da situação ambiental da região. Neste momento, com o documento em mãos, iniciava-se a parceria entre a EMATER, a Cáritas, o IEF e as comunidades da sub-bacia. A parceria entre estes órgãos foi essencial, porque juntos ajudaram a construir o projeto, elaborado a partir do diagnóstico da EMATER, que mais tarde seria redimensionado e enviado para a Misereor.

É importante destacar que a atuação deste órgão ambiental juntamente com as comunidades teve caráter voluntário, uma vez que o órgão não tinha condições de levantar recursos para executar o projeto. No caso, o projeto referido é a primeira versão do PRRC, financiado pela Misereor, que teve início em 2001. Portanto, pode-se afirmar que a atuação do IEF foi uma atuação de ocasião, ou seja, o órgão aproveitou a oportunidade de ter um diagnóstico bem detalhado e resolveu colaborar com uma ação voluntária, de natureza mais solidária do que propriamente institucional.¹¹

Neste sentido, a natureza do envolvimento do IEF com as comunidades ribeirinhas do rio dos Cochos partiu da iniciativa de técnicos do IEF e não do órgão em si, inclusive porque o mesmo técnico do IEF também era membro voluntário da Cáritas, o que facilitou o envolvimento, como demonstra o depoimento do entrevistado abaixo:

¹¹ Em termos institucionais, o Instituto Estadual de Florestas - IEF tem por finalidade executar a política florestal do Estado e promover a preservação e a conservação da fauna e da flora, o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais renováveis e da pesca, bem como a realização de pesquisas em biomassa e biodiversidade. (IEF, 2014)

“Não havia, assim, um envolvimento oficializado do órgão. Era uma coisa mais pessoal, uma coisa minha, sabe. Mas como eu trabalhava no órgão, o órgão não colocava empecilhos para isso, eu fazia com o consentimento do órgão (...). O compromisso não é do órgão, é das pessoas que representam o órgão. (...) Já tinha sido feita uma articulação de base (pela EMATER) com as comunidades, a gente só começou a executar aquilo que já tinha sido demandado (...)” (Entrevistado 4)

O IEF atuou na região com maior intensidade durante a execução do primeiro projeto (PRRS). Nesta ocasião, a forma de aproximação do IEF foi através de intervenções na questão ambiental da sub-bacia. Em um primeiro momento, o órgão aproveitava as reuniões que debatiam os assuntos comunitários e realizava algumas intervenções com a população, com o propósito de conscientizar e educar ambientalmente.

Nessas reuniões foram trabalhadas questões como o cercamento das nascentes do rio dos Cochós, as formas de captação de água (nas casas que ainda não recebiam água) através da construção de barraginhas subterrâneas, questões relacionadas às tentativas de salvar as veredas, os projetos de caprinocultura, projetos de fabricação de farinha, entre outros.

A educação ambiental ganhou um enfoque especial na participação do IEF neste projeto, pois a chegada de um órgão ambiental “de repressão”, como era conhecido nas comunidades, representava uma espécie de medo já instaurado nos agricultores. No entanto, foi necessário trabalhar a imagem do IEF junto aos moradores da bacia, de forma que eles passassem a enxergar o órgão como uma entidade que estava a favor dos recursos naturais e a favor dos usuários desses recursos, os moradores da sub-bacia.

Neste sentido, a educação ambiental não significava fiscalização, ou seja, era essencial quebrar o mito de que o IEF era repressor e mudar a percepção negativa das comunidades a respeito do órgão, de forma que eles entendessem que o IEF estava lá para ajudar e não para atrapalhar.

Quando o IEF identificava alguma atividade dos agricultores que era prejudicial ao meio ambiente, os técnicos deste órgão passavam as informações aos técnicos da EMATER e estes debatiam com as comunidades possíveis soluções. Isso era feito para evitar que o IEF entrasse em confronto direto com as comunidades, uma vez que estas ofereciam resistência à aproximação do IEF. Isso representa a falta de credibilidade de alguns órgãos públicos dentro das comunidades, naquela época.

Questões como a produção sustentável, a caprinocultura, por exemplo, eram discutidos, bem como temas que eram de fato concernentes ao IEF, como a conservação, a recuperação e a educação ambiental.

As principais práticas do IEF na sub-bacia foram: o plantio de mudas (principalmente frutíferas que ajudavam a recuperar a mata ciliar e as áreas degradadas); recuperação de nascentes; os projetos de engenharia, como a redistribuição de água (projetos de hidrodinâmica), de rede elétrica, montagem de uma oficina para a fabricação de farinha.

Nota-se que os projetos mais técnicos, como os de engenharia, de cálculo, mesmo que não estivessem diretamente relacionados à área de atuação do IEF também ganharam força, uma vez que os técnicos envolvidos tinham conhecimento sobre este campo e estavam dispostos também a colaborar nesta vertente.

O IEF também considerava muito importante e deu um enfoque grande à questão da educação ambiental. Uma das práticas que o IEF apoiou foi a cavalgada ecológica, que tinha como intuito chamar a atenção do poder público municipal a respeito da situação precária do rio dos Cochos e, ao mesmo tempo, conscientizar os moradores sobre os assuntos ambientais da sub-bacia.

De acordo com o técnico do IEF entrevistado, alguns problemas estão ligados ao trabalho em parceria que constitui uma estratégia de redes. Por exemplo, uma das maiores dificuldades identificadas pelo técnico do IEF

entrevistado foi a falta de sincronismo entre as diversas entidades envolvidas no projeto, o que resultou numa ausência de planejamento integrado. De acordo com ele, cada organização trabalha de acordo com o seu ritmo, a sua agenda, seu planejamento, o que acarreta prejuízos para quem deveria estar sendo beneficiado, no caso as comunidades. O depoimento abaixo comprova esta afirmação:

“(...) A maior dificuldade que nós encontramos, na época e existe até hoje, é esse trabalho em rede com os órgãos públicos. Eles (os órgãos públicos) são muito burocráticos, aí quando você coloca dois, três juntos, dificilmente você consegue fazer o trabalho, porque sempre que dá pra um não dá pra outro. Por exemplo, a hora que um (órgão) tem o combustível do veículo, o outro não tem o veículo, ou quando um tem o técnico, o outro não tem o veículo. Então, dificilmente os órgãos trabalham de forma integrada. Eles fazem o planejamento, mas não cumprem. Então não existe uma organização entre eles (...). Não existe um sincronismo dentro de um órgão, imagina quando juntam dois, três, quatro órgãos, que tem de sincronizar não só dentro de si, mas um com o outro”. (Entrevistado 5)

Como a atuação do IEF na sub-bacia foi de caráter voluntário, de colaboração e principalmente uma ajuda que partiu das iniciativas de técnicos que trabalhavam no IEF e não tanto do órgão em si, o volume de investimento financeiro foi nulo. Pode-se considerar que indiretamente foi feita uma aplicação do órgão na sub-bacia, quando foram doadas mudas do banco de viveiros do IEF, no entanto, o volume preciso e o que isto representou em termos financeiros não puderam ser detectados.

4.4.3.4 Ministério Público – MG

O Ministério Público de Minas Gerais vem cada vez de forma mais intensa exercendo um importante papel na atuação das questões ambientais no

estado, principalmente na região Norte de Minas. Esse papel se destaca não somente em função das suas atribuições tradicionais, como a fiscalização do cumprimento da lei, mas também em razão da sua ampliação na esfera de atuação, no que diz respeito ao exercício de suas diversas curadorias, que envolvem a proteção de direitos individuais e coletivos e a promoção de mudanças sociais.

Na região Norte de Minas ganha destaque a atuação da Promotoria de Defesa do Rio São Francisco, criada a partir de um convênio entre o Ministério Público e o Ministério do Meio Ambiente em 2001. Destaca-se que o norte de Minas Gerais é uma das regiões menos antropizadas do estado e que possui uma grande concentração de povos tradicionais, como os quilombolas, vazanteiros, geraizeiros, veredeiros e indígenas. Não apenas as características culturais ganham destaque, como também em termos ambientais é uma região rica em nascentes e veredas, verdadeiras caixas d'água que alimentam o rio São Francisco. Por essas e por outras condições que a Promotoria atua com palpabilidade nesta área.

A Promotoria está subdividida em quatro Coordenadorias que atuam nos diversos municípios da região. No município de Januária atua uma coordenadoria que também representa as comarcas de Coração de Jesus, Brasília de Minas, São João da Ponte, São Francisco, Manga e Montalvânia, na qual estão disponibilizados técnicos, oficiais do Ministério Público e um Promotor de Justiça Coordenador que tem atuação ambiental em cooperação com as demais promotorias de cada comarca (MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS - MAPA, 2014).

A criação da Promotoria é importante para a região porque a partir dela são criados diversos projetos ambientais que visam, de modo geral, à revitalização do rio São Francisco. Para que esse objetivo fosse atingido foram feitas parcerias com diversas instituições públicas, privadas e ONGs que atuam

na área de ensino, extensão rural, pesquisa, prestação de serviços, entre outras. Entre os projetos desenvolvidos cita-se: Programa de Gestão Municipal Ambiental, Projeto Vereda Viva, Projeto Raízes, Projeto Beira Rio, Projeto Pandeiros, Projeto Pajéu e João Botelho Neto. Entre as ações da Promotoria também estão a criação do Grupo de Combate aos Delitos Ambientais do Norte de Minas (GDA-NM) e o Núcleo Interinstitucional de Estudos e Ações Ambientais do Norte de Minas - NIEA-NM (LIMA, 2009). O último núcleo citado realizou ações em diversas sub-bacias hidrográficas, entre elas a do rio dos Cochós.

O NIEA-NM foi criado a partir de uma articulação entre três universidades (UFMG, Funorte e Unimontes, localizadas em Montes Claros) e o Ministério Público de Minas Gerais. A partir desta articulação foram sendo feitos diagnósticos na região que identificaram problemas de conflitos socioambientais complexos, passivos ambientais e passaram juntos a construir estratégias de atuação entre essas instituições, a universidade e o MP (Ministério Público), para enfrentar os problemas.

Foram feitas várias visitas à região dos Cochós e verificação *in loco* das condições ambientais e sociais da população, com o intuito de averiguar a viabilidade da implantação de práticas de conservação do solo e da água. No caso do rio dos Cochós, a implantação de barraginhas no local. Desta forma, alguns indicadores foram monitorados e avaliados: número de nascentes recuperadas; vazão dos cursos d'água; umidade do solo no entorno das barraginhas; uso agrícola dos solos no entorno das barraginhas; qualidade da água armazenada pelas barraginhas; volume da água armazenada pelas barraginhas; controle de erosão do solo e estudo socioeconômico das propriedades.

A partir desses diagnósticos foram elaborados relatórios que continham instrumentos que previam a valoração dos danos ambientais provocados pelas

empresas. Com o apoio técnico-científico das universidades, objetivou-se identificar os possíveis passivos ambientais e com o auxílio de modelos e técnicas elaborados pelos professores das universidades, os danos ao meio ambiente foram valorados.

As empresas responsáveis pelos passivos socioambientais foram obrigadas a cumprir um TAC - Termo de Ajustamento de Conduta, emitido pelo Ministério Público. Este TAC foi elaborado a partir da confecção desses relatórios e previa que as empresas deveriam fazer o resgate desses passivos.

O Ministério Público decidiu adotar essa postura de articulação institucional ao invés de ter uma atuação tradicional, com inquéritos civis, procedimentos administrativos, deflagração de ação civil pública, de ação penal, entre outros, uma vez que são procedimentos muito mais demorados e não produziam os resultados esperados para a região.

De forma geral, a atuação desta promotoria no vale do São Francisco levou em conta também as características culturais (grande quantidade de populações tradicionais como quilombolas, vazanteiros, veredeiros, indígenas) peculiares da região, bem como as características ambientais (grande quantidade de nascentes e córregos que servem como caixa d'água para o rio São Francisco).

A sub-bacia do rio dos Cochos participou do projeto “Plantando Água – Projeto integrado de revitalização do rio São Francisco” implantado em setembro de 2007. Este projeto foi criado a partir da necessidade de se efetivar ações concretas de revitalização ambiental.

Assim, o Ministério Público procurou identificar, através dos parceiros que integravam o NIEA-NM, experiências bem sucedidas na região que seriam capazes de promover uma rápida recuperação ambiental, o aumento da disponibilidade hídrica e, com isto, resgatar a confiança das populações ribeirinhas na possibilidade de promover a efetiva revitalização do Rio São

Francisco, mantendo-as mobilizadas em prol do interesse coletivo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O projeto “Plantando Água – Projeto Integrado de Revitalização do Rio São Francisco” foi um convênio firmado entre a UFMG/*Campus* Montes Claros e o Ministério Público e teve como objetivo atuar basicamente emitindo TACs em diversos municípios do Norte de Minas. No município de Januária foram construídas 1.143 bacias de captação de água de enxurrada, também conhecidas como “barraginhas”, que beneficiaram 100 famílias ao todo. A estimativa de água infiltrada - “plantada” por ciclo chuvoso foi de 75.320 m³. Essas barraginhas foram construídas a partir do pagamento de horas-máquina pelas empresas, no caso as máquinas pá carregadeiras.

Especificamente na sub-bacia do rio dos Cochos, o contrato foi firmado entre a Promotoria de Defesa da Bacia do Rio São Francisco e a empresa RIMA S/A, em que a empresa disponibilizou 704 horas de pá-carregadeira, com o intuito de mitigar o impacto ambiental causado anteriormente na região. Foram construídas 355 barraginhas e a estimativa do volume mínimo de água armazenada ou “plantada” foi de 28.400.000 litros.

O custo médio de construção de uma barraginha é de R\$ 236,00 em Januária, então se deduz que o investimento realizado pela RIMA S/A foi de R\$ 84.064,92.

O MP acordou providências com o IGAM-MG e o IEF, de forma que técnicos e apoio logístico foram disponibilizados pelos dois órgãos. O trabalho deles consistiu em visitas a diversos pontos das sub-bacias, com a intenção de verificar os problemas existentes e georreferenciar os melhores locais para a construção das barraginhas.

As comunidades da sub-bacia do rio dos Cochos beneficiadas por essas ações foram: Roda D’Água, Mamede, Sambaíba e São Bento.

No âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais, este projeto teve um orçamento total de R\$ 34.175,35 e o auxílio financeiro foi fornecido pelo CNPq. Este valor representa a compra de um notebook de R\$ 4.736,05 e a emissão de doze parcelas de bolsa de extensão para professor no valor de R\$ 1.979,67 e doze parcelas de uma bolsa de extensão para aluno, cujo valor era na época de R\$ 473,61. As atribuições da universidade neste projeto foram: elaboração de relatórios ambientais, valorar os danos ao meio ambiente e realizar estudos de natureza técnica como quantificar o número de nascentes a serem recuperadas com a construção da barraginha, estimativas de vazão de água na microbacia, etc.

Uma das condições impostas pelo MP era que para a construção de barraginhas, o município deveria participar do Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente, CODEMA. A participação da população neste conselho era requisitada, pois fazia com que a população estivesse mais envolvida e participativa com as questões ambientais da região e, ao final, o CODEMA é quem decide em quais comunidades as barraginhas seriam implantadas. A EMATER também participou deste processo, pois ela ia junto com as comunidades, marcava os pontos onde iriam ser construídas e depois a empresa contratava a máquina e fazia a EMATER fornecer um relatório para o NIEA-NM.

A Figura 3 ilustra o processo de construção de barraginhas na sub-bacia do rio dos Cochós:



Figura 3 Construção de barraginhas e terraços na bacia do rio dos Cochós.
Fonte: Projeto Plantando água

Depois da construção das barraginhas, a população começa a adquirir mais confiança na tecnologia, como comprova depoimento do entrevistado, o promotor público que liderou as ações do MP:

“A gente usava as barraginhas, inclusive como instrumento de mobilização social, porque você construía as barraginhas e na primeira chuva as nascentes voltam. Aí a gente explicava, só vamos fazer barraginha se tiver CODEMA, aí o CODEMA vai escolher a comunidade, aí vai empoderando...depois que faz a barraginha na comunidade o pessoal ‘endoida’, querendo mais, porque vê que é possível a revitalização do rio. Confiança. Por que uma nascente de 25 anos que não corria voltava a correr em razão dessas técnicas de recuperação de sub-bacia hidrográfica, as barraginhas.” (Entrevistado 6)

Esta mesma condição foi igualmente observada no caso da participação da ASSUSBAC nos programas da ASA, ou seja, era necessário que a população também estivesse envolvida com um conselho, como critério de entrada nos programas da ASA.

O convênio entre as universidades e o MP foi de extrema importância, uma vez que permitiu uma resposta mais ágil e eficiente frente às demandas ambientais, diante da possibilidade de consultoria por parte dos professores. Entende-se que a articulação entre as universidades e o MP contribuiu para o fortalecimento dessas instituições, uma vez que existe uma grande sinergia e troca de experiências que permitem uma atuação mais qualificada do Ministério Público, bem como possibilita aos alunos e professores uma maior participação na pesquisa e extensão que envolve as demandas ambientais da região (LIMA, 2009).

Analisada a atuação do Ministério Público na sub-bacia do rio dos Cochós, reconhece-se a importância e contribuição dessa instituição para o desenvolvimento sustentável. Os ganhos socioeconômicos e o resgate do passivo ambiental são exemplos da ação positiva do Ministério na região, através do uso de instrumentos como o TAC.

A articulação com instituições de ensino, configurando uma união de esforços, favoreceu o fortalecimento das instituições, uma vez que permitiu ao Ministério Público acesso rápido e qualificado ao conhecimento técnico-acadêmico. Para as instituições de ensino envolvidas com o NIEA-NM houve benefícios também, pois favoreceu a possibilidade de a universidade contar com um amplo leque de opções de pesquisas ambientais na região e a criação de projetos, cujas fontes de financiamento não precisavam ser necessariamente agências de pesquisa, mas das fontes de recursos provenientes dos TACs, cumpridos pelas empresas.

4.4.3.5 Condensação das organizações que trabalharam na sub-bacia do rio dos Cochos

A Tabela 1 expõe uma compilação de todas as práticas realizadas na sub-bacia com os devidos investimentos financeiros e as suas fontes.

Tabela 1 Programas, projetos e ações desenvolvidos

Categoria	Órgão	Ação	Investimento em R\$	Fonte de financiamento	Duração
Entidades religiosas	Cáritas Diocesana de Januária	- Unidade gestora do PRRC; - Unidade gestora do PIMC; - Mobilização social dos moradores da sub-bacia e formação de base.	Não foi possível identificar valores.	Misereor MDS (Governo federal)	Com maior consistência a partir de 2001 até atualmente ¹² .
	Misereor	Financiamento do “ <i>Projeto de Revitalização do Rio dos Cochos</i> ”	1.230.145,75	Misereor	2001 até atualmente
Sociedade civil	ISPN	Implantação do projeto: “ <i>Desenvolvimento sustentável com abelhas sem ferrão</i> ”	79.205,29	Diversas fontes internacionais: (PNUD, GEF, União Europeia, TFCA)	2007 até atualmente
	Articulação Popular do São Francisco	Divulgação da experiência da ASSUSBAC	Não foi possível identificar valores.	Não houve investimento financeiro.	2005 até atualmente
	CAA	- Unidade gestora das barraginhas em parceria com a Cáritas; - Auxílio na comercialização do pequi.	130.240,00	Fundação Banco do Brasil	2006

“continua”

¹² A maioria das organizações estudadas ainda mantém algum tipo de relacionamento com a ASSUSBAC, por isso optou-se por utilizar a expressão “até atualmente” de forma a referir-se ao fato de que a associação mantém-se aberta para qualquer tipo de futura parceria.

Tabela 1 “continuação”

Categoria	Órgão	Ação	Investimento em R\$	Fonte de financiamento	Duração
Sociedade civil	ASA	PIMC (construção de cisternas)	Não foi possível identificar valores.	MDS	2006
Entidades religiosas	Cáritas Diocesana de Januária	- Unidade gestora do PRRC; - Unidade gestora do PIMC; - Mobilização social dos moradores da sub-bacia e formação de base.	Não foi possível identificar valores.	Misereor MDS (Governo federal)	Com maior consistência a partir de 2001 até atualmente ¹³ .
	Misereor	Financiamento do “ <i>Projeto de Revitalização do Rio dos Cochos</i> ”	1.230.145,75	Misereor	2001 até atualmente
Sociedade civil	ISPN	Implantação do projeto: “ <i>Desenvolvimento sustentável com abelhas sem ferrão</i> ”	79.205,29	Diversas fontes internacionais: (PNUD, GEF, União Europeia, TFCA)	2007 até atualmente
	Articulação Popular do São Francisco	Divulgação da experiência da ASSUSBAC	Não foi possível identificar valores.	Não houve investimento financeiro.	2005 até atualmente

“continua”

¹³ A maioria das organizações estudadas ainda mantém algum tipo de relacionamento com a ASSUSBAC, por isso optou-se por utilizar a expressão “até atualmente” de forma a referir-se ao fato de que a associação mantém-se aberta para qualquer tipo de futura parceria.

Tabela 1 “conclusão”

Categoria	Órgão	Ação	Investimento em R\$	Fonte de financiamento	Duração
Sociedade civil	CAA	- Unidade gestora das barraginhas em parceria com a Cáritas; - Auxílio na comercialização do pequi.	130.240,00	Fundação Banco do Brasil	2006
	ASA	P1MC (construção de cisternas)	Não foi possível identificar valores.	MDS	2006
	SENAR	Atividades produtivas: caprinocultura, etc.	Não foi possível identificar valores.	Não foi possível identificar valores.	
Órgãos governamentais	Universidades: UFMG e UFLA	Desenvolvimento de projetos acadêmicos na sub-bacia.	762.088,96	CNPq e FAPEMIG	2005 até atualmente
	EMATER	-Mobilização social; -Orientação técnica; - Extensão rural.	Não foi possível identificar valores.	Governo do Estado.	Com maior consistência a partir de 1998
	IEF	- Educação ambiental; - Plantio de mudas; - Assessoria técnica	A contribuição foi de 34.175,00	Não houve investimento financeiro.	2001 até atualmente
	Ministério Público	Projeto “Plantando Água”.	(projeto UFMG) + 84.064,92 (barraginhas)= 118.239,00	CNPq e Empresa RIMA S/A	2007 até atualmente
Total de investimento			2.319.919,00		

A avaliação da Tabela 1 permite perceber o comprometimento de organizações de naturezas diversas e o montante financeiro aplicado para que as águas do rio dos Cochos voltem a correr.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo geral investigar as redes de apoio construídas e as práticas de mediação sedimentadas ao longo do tempo, entre organizações da sociedade civil e governamentais que atuam juntamente com as comunidades rurais do entorno do rio dos Cochos, Alto/Médio São Francisco, Norte de Minas Gerais. O intuito, portanto, foi de detectar os resultados das articulações e parcerias estabelecidas na busca pela conservação dos recursos naturais e hídricos da região.

O primeiro e talvez mais importante resultado dessas articulações a ser destacado é propriamente a fundação da ASSUSBAC. A associação foi criada em virtude do esforço da população da sub-bacia em se organizar socialmente e começar a ocupar espaços da esfera pública. Os moradores da sub-bacia passaram do papel de consumidores dos serviços oferecidos pelas organizações relacionadas às famílias da sub-bacia a protagonistas no processo de gestão de uma associação.

Este foi o primeiro passo e talvez o mais importante a ser dado na direção de uma proposta de restauração da qualidade de vida das famílias da região. Neste sentido, pode-se afirmar que o sucesso da experiência de revitalização do rio dos Cochos se deve, portanto, em primeiro lugar, à iniciativa dos moradores das comunidades citadas nesta pesquisa que se engajaram e tomaram consciência da necessidade de uma organização que centralizasse e atendesse efetivamente aos anseios da população.

Devido ao sucesso até agora alcançado na restauração do rio dos Cochos, atualmente a ASSUSBAC é conhecida regionalmente e em nível nacional como uma organização com gestão eficiente e participativa nos espaços de discussão das políticas públicas relacionadas às questões de gestão dos recursos hídricos e aos temas de promoção social.

De maneira geral, foi possível perceber que existe uma preocupação disseminada na região quanto à questão da preservação dos recursos hídricos e naturais. Isto, naturalmente, é refletido positivamente para outras regiões do semiárido, pois veem na ASSUSBAC um exemplo de associação na busca pelo sucesso da conservação ambiental, ainda que este processo esteja em andamento.

As organizações estudadas possuem diferentes formas de atuação. Constatou-se que programas, projetos, ações pontuais ou de longo prazo coexistem e contribuem para aumentar a oferta de água para produção e consumo próprio da população rural. Portanto, na perspectiva de formação de alianças de apoio à ASSUSBAC, elas devem ser enxergadas como um conjunto e não individualmente.

A atuação das organizações do governo nas três esferas (municipal, estatal e federal) diferiu em sua essência quanto à forma de execução das ações. Por exemplo, o Ministério Público, considerado um órgão independente, teve um papel significativo na sub-bacia por estar a todo o momento representando o interesse da sociedade. A partir do estabelecimento de parcerias com universidades da região do Norte de Minas, observou-se um aprimoramento no desempenho das ações idealizadas pelo Ministério Público de Minas Gerais, no sentido de que muitas famílias foram beneficiadas.

Notou-se que o programa desenvolvido pela organização estatal, EMATER-MG, foi de grande importância para despertar em um primeiro momento a consciência ambiental e esclarecer aos moradores da região a situação do rio. No entanto, a escassez de recursos da empresa prejudicou a continuidade das ações, de forma que o programa iniciado, o qual poderia ter um alcance de maior prazo, não pôde ter continuidade.

Destaca-se, também, a ação da estatal que faz a gestão dos recursos florestais, o IEF-MG. A contribuição do órgão foi relevante, pois colaborou para incrementar o processo de educação ambiental dos moradores da sub-bacia. A

ação de servidores do órgão, mais voltada à educação ambiental, ainda que voluntária e com disponibilidade de recursos baixa, provocou um aumento no despertar da população para a importância da manutenção dos serviços ambientais oferecidos pela natureza.

No que diz respeito à parceria feita entre as universidades e as comunidades rurais, destaca-se que uma das funções fundamentais da universidade é colocar em prática um dos três pilares fundamentais, que é o pilar da extensão. Neste sentido, o estabelecimento de um diálogo entre a sociedade e o meio técnico-acadêmico deve ser enxergado como uma possibilidade de troca de informações e conhecimento, como uma via de mão de dupla, na qual ambas as partes interessadas – professores/alunos e comunidades - serão beneficiadas.

Faz-se válido mencionar também que os objetivos dos projetos acadêmicos citados neste estudo têm sido alcançados com êxito. Em geral, as reuniões de avaliação dos cumprimentos das metas dos projetos demonstraram um grau forte de sinergia entre as partes interessadas, além do enriquecimento no processo de aprendizagem, para ambas as partes, sobretudo para os estudantes bolsistas que têm um contato mais íntimo com os projetos, o que lhes possibilita fazer um confronto entre a realidade local e o conhecimento adquirido no *campus*.

De modo geral, os órgãos públicos cooperam em diferentes dimensões para a preservação do rio dos Cochos. Entretanto, a contribuição desses atores estatais não se mostra suficiente para efetivar por completo o processo de recuperação do rio dos Cochos, sendo necessária a intervenção da sociedade civil.

No que concerne à análise da atuação da sociedade civil no território pesquisado, observou-se um leque de possibilidades de intervenção para a realização de parcerias com as comunidades locais.

A Cáritas Diocesana de Januária é uma das organizações que mais se destaca no processo de revitalização do rio dos Cochos. Partindo do princípio institucional de um projeto de construção para um desenvolvimento sustentável solidário, a organização mobilizou e instruiu líderes das famílias moradoras da sub-bacia do rio dos Cochos a

se organizarem comunitariamente, sendo ela a maior incentivadora da formação da ASSUSBAC.

Ao término do auxílio à associação, na elaboração do projeto de revitalização do rio que foi enviado e aprovado pela Misereor, a Cáritas limitou sua função à gestão dos recursos financeiros, fazendo com que a população participasse ativamente da execução das metas do projeto, contribuindo, assim, para a ampliação da participação social e da cidadania. Assim, a Cáritas de Januária serviu como intermediadora entre a associação com outras instituições.

A Misereor, que já vinha financiando projetos em outras regiões, tanto no Norte de Minas como no Vale do Jequitinhonha, teve uma participação considerável pelo volume de recursos investidos. O anúncio da organização em optar por investir em outros continentes, como Ásia e África, avaliados em situação mais emergencial de apoio, - o que representa uma tendência comum das agências de cooperação internacional - não foi impactante para o líderes da associação, uma vez que ao longo dos anos de parceria com a instituição foi observado um fortalecimento da associação no sentido de maior capacidade organizativa, aprendizagem quanto à captação de recursos em outras entidades e avanços na área de formação política.

Através deste estudo foi constatado que a ASA tem uma representação forte na região por meio da execução do programa PIMC.

Um programa deste porte apresenta um amplo espaço de discussão com os seus beneficiários, no entanto ele demanda um investimento muito grande de tempo e esforço por parte das organizações participantes, além do fato de as

mesmas correrem o risco de viverem na dependência de recursos governamentais, o que pode implicar na diminuição do poder político delas.

Este cenário complexo leva a refletir sobre o papel do governo na condução de políticas públicas deste porte, uma vez que teoricamente o acesso pleno à água deveria ser um serviço fornecido pelo governo e não executado pela sociedade civil. Apesar disso, enxerga-se essa experiência como legítima, positiva e que auxilia na ampliação da participação democrática.

O fato de o capital social ser desenvolvido na sub-bacia contribuiu para fortalecer a participação do CAA no processo de revitalização do rio dos Cochos. Este fato pode ser comprovado pelos resultados satisfatórios demonstrados por esta ONG na sub-bacia, através de iniciativas de implantação de projetos de geração de renda, tal como a construção do entreposto localizado na comunidade Sambaíba, que serve ao extrativismo do pequi.

A respeito do fortalecimento político, a ONG faz um papel de articulador regional, até mesmo porque ela também faz parte da rede ASA e, portanto, encoraja a ASSUSBAC a participar de fóruns e outros eventos relacionados às lutas dos povos do Cerrado e sempre a favor da promoção da independência da associação.

O ISPN também se articulou com a associação, no campo do aumento da geração de renda a partir da implementação do projeto de criação de abelhas sem ferrão, como uma proposta de diversificação da produção local e aproveitamento potencial da população de abelhas da região.

O andamento do projeto “*Desenvolvimento sustentável com abelhas sem ferrão*” articulado por essa ONG, trás como frutos o aumento da percepção da importância da conservação das abelhas da sub-bacia, a viabilização da infraestrutura para esta atividade, além da melhoria do meio ambiente e de seus serviços ambientais. No campo político, observa-se um início de articulações para a criação de uma lei municipal para proteção das abelhas. Em relação às

comunidades, elas são capacitadas e estimuladas a se envolverem com mais uma atividade de cunho conservacionista e produtivo.

Projetos desta dimensão sempre são bem vindos, pois encorajam e ampliam a visão dos moradores das comunidades a respeito de outras formas de produção e aproveitamento dos recursos naturais existentes no território.

No campo da divulgação das experiências de práticas de acesso à água, a Articulação Popular do São Francisco fortalece a associação dos moradores ao organizar visitas de diversas entidades à sub-bacia, entre elas movimentos sociais, ONGs e lideranças de povos tradicionais do Cerrado, com a proposta de apresentar a experiência de revitalização do rio dos Cochos.

Essa disseminação de experiências representa um importante fluxo de comunicação, pois conduz à ampliação de informações sobre as tecnologias sociais implementadas na sub-bacia e, até mesmo, ao conhecimento da grande mídia, tal como aconteceu em 2010, ocasião em que o programa de televisão Globo Ecologia realizou uma reportagem sobre a experiência de conservação do rio dos Cochos. Outra ocasião de destaque foi no ano de 2012, quando Januária serviu como cidade que recebeu um evento promovido pela ASA, o VIII EnconAsa, um encontro nacional que serviu como palco para diversas práticas de convivência com o semiárido no Brasil, e o rio dos Cochos foi apresentado e recebeu várias visitas de diferentes atores do desenvolvimento.

O saldo da visão geral das iniciativas de experiências de recuperação do rio dos Cochos, tanto por parte da sociedade civil como por parte da esfera governamental que foram estudadas nesta pesquisa, indica alguns desafios à consolidação de parcerias. Como analisado, alguns aspectos ainda são deficientes, necessitam de maior atenção tanto por parte da sociedade civil como do governo.

Em um balanço geral, constata-se que a estruturação de uma aliança de apoio ao território estudado cria condições mais favoráveis e é de fundamental

importância para sustentar o processo de melhoria de qualidade de vida de aproximadamente 300 famílias moradoras da sub-bacia do rio dos Cochos, Januária, Minas Gerais.

Neste estudo optou-se por estudar as práticas desenvolvidas por dez organizações com maior destaque de atuação na sub-bacia do rio dos Cochos, em uma perspectiva qualitativa. A título de sugestão, recomenda-se, portanto, o desenvolvimento de um estudo de natureza quantitativa, ou seja, fazer uma relação do custo/benefício de cada prática implementada na sub-bacia. É necessário realizar um levantamento mais detalhado sobre todos os insumos necessários para assegurar uma prática com o objetivo de determinar a eficiência econômica das mesmas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, Abr./Jun. 2000.
- ABRAMOVAY, R. “**Juventude rural**: ampliando as oportunidades”, Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Ano 1, nº 1. Abr. 2005.
- ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação e Informação**. Londrina, v. 12, 2007.
- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999. 131p.
- ALENCAR, E. **Pesquisa social e monografia**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2003.
- ALENCAR, E. **Metodologia de pesquisa**. Lavras: UFLA, 2009.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA: FASE, 1989.
- ANDION, C. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**, Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 37, n. 5, 2003.
- ARAÚJO, V. M. **Programas, projetos, ações públicas e gestão das águas no SemiÁrido**: uma avaliação em Januária-MG. 2007. 116p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras-MG, 2007.
- ARMANI, D. O desenvolvimento institucional como condição de sustentabilidade das ONGs no Brasil. In: TEIXEIRA, P. R. **AIDS e sustentabilidade**: sobre as ações das organizações da sociedade. Ministério da Saúde. Brasília, 2001.
- ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO - ASA. Disponível em <<http://www.asabrasil.org.br>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2013.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Disponível em <<http://www.caixa.gov.br>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2013.

CÁRITAS DIOCESANA DE JANUÁRIA. **Capacitação e Mobilização para a Convivência Sustentável no Semiárido**. Januária-MG, Jan. 2000. Não publicado.

CÁRITAS DIOCESANA DE JANUÁRIA. **PRRC**. Januária-MG, 2001. Não Publicado.

CÁRITAS DIOCESANA DE JANUÁRIA. **Programa de Recuperação e Revitalização da Sub-Bacia do Rio dos Cochos**. Januária-MG, 2007. Não publicado.

CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em <<http://caritas.org.br>>. Acesso em: 23 de março de 2014.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura - a sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA. Disponível em <<http://www.caa.org.br>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2013.

COLONOMOS, A. Emergence d'un objet et perspectives internationalistes. In: CHARILLON, F. et al. **Sociologie des réseaux transnationaux**. Paris: Editions L'Harmattan, 1995. 299p.

DAGNINO, A. **Sociedade civil, participação e cidadania: do que estamos falando?** In: MATO, D. (Coord.) Política de cidadania y sociedade civil en tiempos de globalización. Caracas: FACE. Universidade Central da Venezuela, p. 95-110, 2004.

EMBRAPA. Disponível em <<http://www.embrapa.br>>. Acesso em 26 de dezembro de 2013.

GALGANI, G.; SAID, M. Consejo cearense de derechos de la mujer (CCDM) – Espacio de dialogo entre las demandas de los movimientos de mujeres y el Estado. In: DAGNINO, E. (Org.) **Sociedade civil, espacios publicos y democratización: Brazil. México: Fondo de Cultura Econômica**. p. 249-304, 2002.

GALIZONI, F. M. **Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2005.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e as suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

HABBERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Informações municipais - Januária. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 de junho de 2014.

INSTITUTO SOCIEDADE POPULAÇÃO E NATUREZA - ISPN. Disponível em <<http://www.ispn.org>>. Acesso em 24 de março de 2014.

JACOBI, P. Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação das práticas coletivas. **Revista de Administração Pública**. Administração Pública Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 34, n. 6, p. 131-158, 2000.

LIMA, P. C. V. **O Ministério Público Como Instituição Potencializadora do Desenvolvimento Sustentável**: reflexões a partir de experiências na Bacia do Rio São Francisco-MG. 2009. 106 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009.

LIPIETZ, A.; BENKO, G. (Dir.) La richesse des regions. **La nouvelle géographie socio-économique**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

MÍDIA CIDADÃ. Informações sobre Januária. [Blog Internet]. Disponível em: <<http://amigosdejanuaria.wordpress.com.br>> Acesso em: 21 de dezembro de 2013.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 21 de março de 2014.

MISEREOR. Disponível em <<http://misereor.org>>. Acesso em: 24 de março de 2014.

PECQUEUR, B. **Le développement local**. Paris: Syros, 2000.

PEREIRA, L. C. B. O modelo estrutural de gerência pública. **Revista de Administração Pública**, Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. v. 42, n. 2, Mar/Abr. 2008.

PINHO, J. A.; SACRAMENTO, A. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 46, n. 6, 2009.

RIBEIRO, E. M. **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2010.

ROSA, A. C. M. As grandes linhas e orientações metodológicas da educação ambiental. In: LEITE, A. L. T. A.; MININNI-MEDINA, N. (Org.) **Educação ambiental: curso básico à distância: educação e educação ambiental I**. Brasília: MMA, 2ª edição ampliada, v. 5, 2001. 236 p.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC. Januária: cultura, história e beleza às margens do Rio São Francisco. Disponível em:
<<http://www.januaria.org.br/sesc/januaria.pdf>>. Acesso em: 13 novembro 2013.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o SemiÁrido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006. 298 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2006.

SPRADLEY, J. **Participant observation**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1980. 195p.

TEODORO, B. O. **(Re) Conhecimentos gerais: a escola rural e os múltiplos saberes de um povo geralista, possibilidades e limitações de diálogo**. 2010. 154 p. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

VACHON, B. Le développement local. **Théorie et pratique**. Montréal: Gaetan-Morin, 2001.

VALENTE, P. Disponível em: <<http://amigosdejanuaria.wordpress.com>>. Acesso em: 23 de março de 2014.

WARREN, I. S. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 95p. 1999.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Roteiro de pesquisa I **RELACIONAMENTO DA ASSUSBAC COM A ORGANIZAÇÃO**

Objetivo: Verificar de modo geral o resultado, a gestão e a eficiência dos relacionamentos construídos.

Histórico

- a) Quando começou a parceria com a ASSUSBAC?
- b) Qual foi o motivo que deu início a essa parceria?
- c) Qual é/foi a forma de atuação da organização na sub-bacia do rio dos Cochós? (acompanhamento de atividades, desenvolvimento de projetos, assessoria técnica, orientação, etc.)
- d) Quais projetos/atividades foram executados?
- e) Qual foi a cobertura territorial dos projetos? (Número de comunidades, de famílias).

Ações/Atividades/Recursos

- a) Quais foram as estratégias de ação (formas de atuação, de abordagem) na condução do projeto, juntamente com os agricultores familiares?
- b) Quais foram os resultados/impactos obtidos para os moradores do rio dos Cochós a partir da iniciativa de parceria?

- c) Durante a condução da atividade/projeto houve relacionamento com os outros parceiros da ASSUSBAC? (Emater, prefeitura, IEF, etc.).
- d) Se sim, quais?
- e) Como você avalia esses relacionamentos? (é harmônico, conflituoso, fácil de lidar, etc.).
- f) Qual foi o volume de investimentos na parceria com a ASSUSBAC? (volume financeiro, técnico).
- g) Como se dá o processo de coordenação/acompanhamento das ações no rio dos Cochos com os agricultores?
- h) Como se dá o processo de tomadas de decisões dos objetivos e execução das ações juntamente com os agricultores?
- i) Quais foram os momentos mais importantes (construtivos, positivos) da parceria com a ASSUSBAC?
- j) Há conflitos na execução dos projetos/atividades? Se sim, o que acontece quando aparecem conflitos?

Produção de espaços públicos

- a) Existe interferência (ou estímulo) de alguma forma na articulação de políticas públicas junto aos agricultores?
- b) Se sim, como se dá isso?
- c) Os projetos executados na bacia do rio dos Cochos conseguem se sustentar a longo prazo? (Ou seja: os agricultores continuam mantendo as atividades iniciadas?).
- d) Você acredita que a organização colaborou para o aumento da participação dos cidadãos no espaço público?

- e) Se sim, de que forma se deu esse processo?

Percepções

- a) Quais são os desafios de se atuar em parceria? (por exemplo: falta de recursos financeiros, falta de recursos humanos, desinteresse das comunidades, etc.)
- b) Quais são as vantagens / benefícios na atuação em parceria com uma associação comunitária?
- c) Como você avalia de maneira geral, até hoje, o resultado da articulação da organização com a ASSUSBAC?
- d) Quais são os aspectos a serem melhorados?
- e) Existem expectativas quanto a futuros projetos com a ASSUSBAC?
- f) O que você pensa sobre a relação entre atores da sociedade civil e outras entidades (da esfera pública ou privada) na execução de projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida da população?

APÊNDICE B

Roteiro de entrevistas II **IDENTIFICAÇÃO DAS PARCERIAS**

Objetivo: Identificar/mapear os parceiros da ASSUSBAC desde a implementação da mesma até os dias atuais.

- a) Quais as parcerias que a ASSUSBAC consolidou?
- b) Quando a parceria iniciou?
- c) Qual foi o tipo de parceria? (técnica, financeira, assessoria...).
- d) Qual foi a duração da parceria?
- e) Indique algum contato (telefone, endereço).

LISTA DE ENTREVISTADOS

Wellington Figueiredo – voluntário da Cáritas Diocesana de Januária.

Vicente Fernandes – um dos fundadores e voluntário da Cáritas Diocesana de Januária.

Robério – voluntário da Cáritas Diocesana de Januária.

Walter Viana Neves – funcionário do IEF.

Leninha Alves de Souza - funcionária do CAA.

Valquíria Lima – funcionária da ASA.

Wânia Maria Antunes – funcionária da EMATER-MG.

Renato Araújo – funcionário do ISPN.

Flávia Maria Galizoni – docente da UFMG/ICA.

Paulo Sérgio Lopes Nascimento – docente da UFMG.

André Muniz – docente do IFNMG.

Renildo Felix – docente do IFNMG.

Alexandre Gonçalves – Articulação Popular do São Francisco.

Paulo César Lima – promotor do Ministério Público de Minas Gerais.